



A Nação
JORNAL INDEPENDENTE

Mais um avião retido na Islândia

Icelandair volta a puxar o tapete ao Governo

Págs. 2 e 3

Excesso de zelo da AAC

TICV cede no braço de ferro

Págs. 4 e 5

Economia

Os cabo-verdianos estão mais pobres

Págs. 10 e 11

CAN' 2021

Cabo Verde procura repetir proeza de 2012 frente aos Camarões

Pág. 19

Covid-19

Pandemia exigiu “um novo aprender para ensinar”

Págs. 2 a 5 in ETC

Quebra acentuada no sector dos combustíveis

Págs. 12 a 14

Nostalgias



Pág. 23

PUB

SOFTWARE PARA USO DIGITAL DOS DOCUMENTOS ELETRÓNICOS DE IDENTIFICAÇÃO DE CABO VERDE

Agora já é possível fazer o Uso Digital do seu Cartão Nacional de Identificação.

INSTALE E USE O SOFTWARE DO CNI.



Saiba como em: www.sniac.cv



NO PONTO

Mais um avião retido na Islândia

Icelandair volta a puxar o tapete ao Governo

Um dos dois aviões da TACV/CVA que ainda estavam em Miami (EUA), e que devia ter chegado a Cabo Verde no passado dia 13 deste mês, mesmo em cima da data de perder o certificado de aeronavegabilidade, está retido na Islândia. A ameaça de Ulisses Correia e Silva de nacionalizar o que resta da companhia aérea de bandeira caiu mal junto do parceiro islandês. Amuós à parte, o Governo deverá injectar mais 30 milhões de euros na companhia até Julho.

Gisela Coelho



O plano de voos previsto para Abril, e que contemplava essencialmente as rotas Sal/Lisboa e Praia/Lisboa, de modo a retomar os voos da TACV, foi cancelado esta semana.

Essa suspensão decorre do facto de o aparelho da Icelandair, que se encontrava em Miami (EUA), ter rumado para Islândia, em vez da ilha do Sal, como estava previsto.

Este é o segundo aparelho boeing 757, dos três que a TACV/

CVA detinha, a ficar na posse do parceiro islandês, gorando as expectativas do Governo para uma retomada das operações, de modo a salvar a face neste período eleitoral em que o dossiê vai estar na berlinda.

O primeiro avião, conforme havia noticiado o A NAÇÃO, foi devolvido a 18 de Dezembro. Agora, em Miami, só resta uma aeronave ainda afecta à TACV/CVA, um número bem inferior aos 11 aviões prometidos pelo Executi-

vo de Ulisses Correia e Silva no início deste mandato, em vias de terminar.

Avião “desviado” para Islândia

Segundo fontes do A NAÇÃO, um mecânico e três pilotos, incluindo o director de voo, Nilton Lobo, tinham deixado Cabo Verde com indicações claras para irem buscar uma das duas aeronaves estacionadas em Miami, e trazê-

-la para Cabo Verde, ainda dentro do prazo da licença de aeronavegabilidade da AAC, que expirava às 24h do dia 13 de Março.

“O plano de voo era para o aparelho chegar a Cabo Verde às 18h do dia 13”, esclarece uma dessas fontes.

Em Miami, porém, os planos de voos foram trocados e a tripulação recebeu a indicação para levar a aeronave para Islândia, num voo “cargueiro” com peças para a Icelandair, voo esse que

aconteceu a 12 de Março.

A tripulação chegou na segunda-feira passada, 22, a Cabo Verde, mas sem avião.

No entanto, segundo a mesma fonte, se houvesse “vontade”, o aparelho ainda tinha tempo de chegar a Cabo Verde dentro do prazo estabelecido da licença. “Mas os islandeses não deixaram a aeronave sair”.

Com isso, como avança o nosso interlocutor, a situação “complicou-se e os gastos também”.

Ficha Técnica

A Nação Semanário | Ano XIV | N° 708 | 25 de Março de 2021 | **Registo DGCS:** N°3/2007 | **Registo ARC:** N°3/2016 | **Propriedade:** Sociedade A Nação Cabo Verde, Lda.

Director-Geral: Fernando Rui Tavares Ortet | **Endereço:** Caixa Postal: 690 – Cidadela – Praia – Cabo Verde | **Telefone:** (+238) 260.26.90 (PBX)

Director: Alexandre Semedo | **Director de Produção:** José Augusto Sanches | **Editor-Executivo:** José Vicente Lopes | **Editores:** Daniel Almeida, Gisela Coelho e João Almeida | **Jornalistas:** Jason Fortes (São Vicente), Natalina Andrade (Fogo) e Silvino Monteiro (Interior Santiago) | **Jornalistas Estagiários:** Alaídes Borges (Santa Catarina), Anícia da Veiga (São Miguel), Carlos Alves (Boa Vista), Criselene Brito (São Nicolau), Miriam Pires (Santiago Sul), Ricénio Lima (Santo Antão), Romice Monteiro (Brava) e Suíla Rodrigues (Sal) | **Colaboradores e Colunistas:** Adriano Miranda Lima, Amadeu Oliveira, Ângela Coutinho, António Carlos Gomes, António Chantre Neves, António Correia e Silva, Arsénio Fermínio de Pina, Carlos Carvalho, Carlos Santos, Carlos Araújo, Cipriano Fernandes, Filinto Elísio, Francisco Mendes, José Manuel Araújo, José Maria Neves, José Pedro Oliveira, José Valdemiro Lopes, Marciano Moreira, Paulo Mendes, Pedro Moreira, Pedro Pires Ribeiro, Natacha Magalhães, Nataniel Vicente Barbosa e Silva, Ricardino Neves e Wladimir Brito. | **Designers:** Edson Spencer e Carmem Freire | **Técnicos Multimédia:** Hélio Barros | **Comercial & Marketing:** Maggy Fragoso (Negócios Digitais), Edmira Correia (Facturação e Cobranças), Marlene Carvalho e Hélder Afonso | **Telefones:** (+238) 260.26.90 (PBX) – (+238) 260.26.93 (Redacção) | **E-mail:** jornalanaoacv@gmail.com (Redacção) – comercial.grupoalfacv@gmail.com (Comercial) | **Impressão:** EGF - Empresa Gráfica Funchalense | **Tiragem:** 3.500 Exemplares



www.anacao.cv

Mais 30 milhões de euros a caminho

É que para renovar o certificado de navegabilidade da AAC, uma equipa de técnicos dessa agência terá de se deslocar à Islândia para “certificar” novamente a aeronave. “Isso traz mais custos. Quem irá pagar?”, questiona.

Trunfo, até quando?

Até agora, o trunfo da Icelandair junto do Governo tem sido as aeronaves, mas, segundo um dos interlocutores deste jornal, as últimas declarações públicas do Primeiro-ministro, de que, se necessário, o Governo poderá “nacionalizar” a TACV, de novo, podem não ter caído nas graças dos islandeses.

“Se tiverem aviões cá e o Governo nacionalizar a companhia, só podem levar os aviões com a autorização do Estado... Como fica a situação deles?”, questiona. “Ou seja, em vez de se resolver, a situação complicou-se ainda mais”.

Isto depois de em finais de Fevereiro o Governo der tido que tinha chegado “acordo” com a administração da TACV/CVA para “salvar” a companhia. Acordo esse que, perante o quadro acima descrito, pode não estar em vias de ser assinado tão em breve, como os governantes fizeram crer em Fevereiro.

Os sindicatos ligados à TACV/CVA e o ministro Carlos Santos, tutela dos transportes, estiveram reunidos há três dias para quebrar mais algumas pedras nesse longo e intrincado dossiê.

Questionado por este semanário, Paulo Lima, presidente do Sindicato Nacional de Pilotos da Aviação Civil (SNPAC), avançou que durante o encontro foram feitas as habituais “promessas de continuidade da companhia”.

E, uma vez mais, o ministro explicou que pode estar em curso uma possível mudança de frota, mas só para “Novembro”, uma negociação que está em curso com o maior acionista da empresa e actual dono das aeronaves que compunham a frota da companhia, a Icelandair.

Lima garante que o ministro reiterou o que foi dito por Ulisses, que “se houver necessidade vão nacionalizar a companhia”.

A tutela avançou ainda aos sindicatos a garan-

tia de uma nova injeção de capital na companhia, de 30 milhões euros, até Julho, para viabilizar a operacionalidade e que as dívidas com os credores foram reduzidas em cerca de 90%, evitando assim os tribunais.

“Estamos à espera que as coisas aconteçam”, diz Paulo Lima, garantindo que todos os funcionários da companhia, “não só os pilotos”, estão expectantes com a retoma e que, “independentemente de quem ganhar as eleições”, que “tenha em conta a continuação da companhia e a situação dos trabalhadores”.

A TACV, salienta, “é importante para o país e dinamiza vários outros sectores, não pode cair”.

Tendo em conta o desconfiamento que está a acontecer em várias paragens, devido à vacinação, esse sindicalista diz que é chegada a “hora” da companhia apresentar um plano de retoma.

Sabe o A Nação que a TACV/CVA vai ser auditada pela IATA em Agosto deste ano. GC

SNPAC espera paz laboral

Paulo Lima, presidente do Sindicato Nacional de Pilotos da Aviação Civil (SNPAC), espera que as várias questões laborais relativas à TACV/CVA fiquem sanadas com a entrada de um novo Conselho de Administração (CA) dessa transportadora aérea, proposto pelo Governo e que disso possa resultar a “paz laboral”, coisa que não houve até agora com o actual CA.

“Temos questões laborais em cima da mesa com a administração desde o início das operações no Sal. Desde então, a relação dos trabalhadores com a administração foi sempre abalada. Todos os meses, o sindicato tem de intervir em defesa dos seus membros, o que é desgastante. A administração fez coisas para

beneficiar um grupo de pessoas, o que afectou o desenvolvimento da companhia”, acusa.

O sindicalista congratula-se com a decisão de um novo conselho de administração anunciado, e questionado sobre o nome de Sara Pires para integrar esse conselho, é realista quanto ao interesse daquilo que é o melhor para a companhia, respondeu:

“O sector da aviação civil é exigente e caro. O ideal é que sejam pessoas que conheçam realmente a aviação e com ‘know how’, que intendam no assunto”.

Contudo, acredita que essa indignação possa ser uma decisão mais “política”, para “poderem contrabalançar as decisões administrativas”. GC



Paulo Lima

Os avales da discórdia

Com as garantias do Governo de continuar a financiar a TACV/CVA, para a sua operacionalização, mesmo estando privatizada, só este ano, o Executivo autorizou dois avales. Um no valor de cerca de 110 mil contos e outro de 440 mil, havendo já promessas de novas injeções de capital, para “salvar” a companhia aérea cabo-verdiana.

Tanto assim é que a polémica dos avales à TACV/CVA aqueceu, inclusive, o primeiro debate das legislativas 2021, com Ulisses Correia e Silva e Janira Hopffer Almada a divergirem quanto aos valores concedidos.

Segundo disse JHA, desde que tomou posse, em 2016, o actual Governo já concedeu 13 milhões de contos, contrariando as promessas da altura de UCS de que o seu governo não ia injectar mais dinheiro na

companhia.

“A promessa de não se colocar mais um tostão na TACV/CVA foi em 2018, aquando da assinatura do acordo de privatização. Portanto, teve dois anos para conhecer a casa, fazer as contas e, mesmo assim, prometeu e não cumpriu”, disse.

Já UCS, rebate dizendo que não foram atribuídos 13 milhões, mas sim 9 milhões, porque “está-se a somar avales do tempo do PAICV”.

O mesmo garantiu no debate que não vai “deixar colapsar a companhia porque é importante de mais”, para o país, porque são 330 postos de trabalho em causa e uma “história acumulada”.

Posição diferente tem o Partido Popular (PP). Amândio Barbosa Vicente diz que,

se fosse eleito, salvaria a TACV/CVA a nível “interno”, mas que em termos de voos internacionais deixaria a empresa “cair”, porque é uma “drenagem de dinheiro público” e que a questão dos transportes aéreos tem sido um exemplo da “má gestão da coisa pública”.

Já o líder da UCID, António Monteiro, apontou o dedo aos governos do PAICV e do MPD.

“Ambos os governos pecaram e não tinham solução para esta questão. Estamos a falar de uma companhia com três aviões. O governo falhou redondamente. Primeiro com a privatização, depois com sucessivos avales para uma companhia com três aviões”, explicou.

GC

TACV/CVA – avales do actual Estado

Ano	Montante
2016	3 milhões de contos
2017	4,6 milhões de contos
2018	550 mil contos
2019	2,6 milhões de contos
2020	1,2 milhões de contos
2021	440 mil contos + 110 mil contos (ambos Fevereiro)

* Mais 30 milhões de euros previstos até Julho deste ano.

Alegado excesso de zelo da AAC

TICV cede no braço de ferro

O braço de ferro entre a TICV e a AAC foi resolvido graças à intervenção do Governo, que mediou o conflito entre as partes, para evitar a paralisação das ligações áreas domésticas. Em causa estava a nomeação do director de operações de terra dessa companhia aérea, que a autoridade aeronáutica considera não reunir os requisitos para o desempenho do cargo.

Daniel Almeida

Conforme o apurado pelo A NAÇÃO, o pomo da discórdia estava na nomeação de Edson Santos para o cargo de responsável pelas operações de terra dos Transportes Inter-ilhas de Cabo Verde (TICV).

A Agência de Aviação Civil (AAC) fazia finca-pé na necessidade da substituição, por considerar que o mesmo não reunia todos os requisitos legais para desempenhar essas funções.

AAC exige substituição do responsável pelas operações de terra

Leitura diferente tinha a TICV que fazia finca-pé no sentido da manutenção desse jovem quadro cabo-verdiano, que tem apenas três anos de experiência como responsável pelas operações de terra, enquanto a AAC exigia a indigitação de um quadro com pelo menos cinco anos de experiência no sector da aviação civil

Nesse braço de ferro, a TICV, numa espécie de chantagem,

decidiu suspender a sua programação para o mês de Abril, tendo recuado na sua decisão após a intervenção do Governo e do impacto negativo dessa decisão junto dos cabo-verdianos.

A solução foi encontrar uma pessoa para assumir esse cargo, com Edson Santos a passar para o papel de adjunto.

Numa nota endereçada a Luís Quinta, administrador responsável da TICV, de 21 de Janeiro, que A NAÇÃO teve acesso, a AAC alertou à referida companhia aérea que “a manutenção da situação actual de continuidade do sr. Edson Santos na posição de substituto do responsável pelas operações de terra, significa continuar em incumprimento com o parágrafo 3.4.4 da Directiva Nº 01/OPS/18, tal como apontado na nossa nota anterior, o que requer regularização”.

A AAC considerou ainda que a proposta apresentada sobre a disponibilidade intermitente do actual responsável pelas operações de terra, David Baso, “não satisfaz, uma vez que incumpe com o pará-

grafo (c) da subsecção 9.B.210 do CV-CAR 9”.

Assim, para repor a legalidade, a instituição que regula a aviação civil em Cabo Verde solicitou à TICV, que, “no prazo anteriormente indicado” providenciasse a correção da posição do substituto do responsável pelas operações de terra, “sob pena de serem aplicadas medidas apontadas na nossa nota anterior. A NAÇÃO não conseguiu saber que medidas são essas.

Contudo, a AAC regozijava-se com a aprovação “recentemente” do responsável de treino da tripulação, bem como do responsável das operações de voo, “e por sinal sendo cabo-verdianos”. Ressalvou ainda que tal aprovação “aconteceu porque cumpriram integralmente os requisitos do CV/CAR 9 e da Directiva Nº 01/OPS/18”.

TICV consternado com reparo da AAC

Também numa nota que A NAÇÃO teve acesso, a TICV



mostrou-se consternada com o reparo da AAC “do nosso erro conjunto”, sobre a nomeação e aceitação do Deputy DOT.

“Realmente a aprovação do sr. Edson Santos como deputy DOT fez parte dos nossos planos de apostar em jovens cabo-verdianos promissores”, afirmou a administração dessa companhia aérea, realçando que Edson Santos “tem vindo a cumprir com distinção a sua função de deputy, especialmente desde a pandemia, onde fomos a única companhia em Cabo Verde a funcionar e a assegurar com sucesso os serviços essenciais”.

“Seria muito estranho e mesmo involuntário, agora mais

de dois anos depois, especialmente depois dos últimos 10 difíceis meses, estar a dizer, que afinal o sr. Edson Santos não tem condições para ser deputy. Tão Pouco acredito que fique bem as nossas duas representadas este cenário”, enfatizou a administração da TICV.

Na mesma nota, a TICV recorda que a actual situação do sector da aviação em Cabo Verde “não é muito diferente do resto do mundo”, e recorda que “sofremos uma redução de mais de 70% das nossas receitas que, infelizmente, não foram acompanhadas por uma redução significativa de custos”.



A TICV considera ainda que, nesse quadro, “claramente não temos possibilidade de suportar contraordenações, qualquer que seja o valor, nem estar a contratar mais duas pessoas para vagas que já temos preenchidas, com bons e competentes profissionais”.

“Excesso de zelo” da AAC

Conforme um especialista contactado por este jornal, esta situação advém das exigências “infundadas” da reguladora que, “na verdade, só se preocupa em complicar as SARP (Práticas e Recomendações Stander) da ICAO (Organização da Aviação Civil In-

ternacional)”.

O braço de ferro entre a AAC e a TICV, consoante a nossa fonte, só aconteceu por causa da “incoerência” da administração da AAC na interpretação dos regulamentos, “tirando proveito de uma certa subjectividade do CV-CAR (Regulamento da Aviação Civil de Cabo Verde).

“A própria reguladora muitas vezes fica refém do seu regulamento, quando convém. Mas quando há outros interesses em jogo, ela mesma ignora aquilo que está previsto nos regulamentos”.

A ICAO, segundo o nosso interlocutor, faz as recomendações com um grau de

exigência suficiente para garantir uma actividade segura da aviação, mas “a AAC que vive numa galáxia isolada pega nessas recomendações e as transforma em exigências, mas de forma desajustada com as realidades de Cabo Verde, provocando o estrangulamento do sector em nome da ICAO”.

“Vejam os seguintes: uma companhia aérea ou um profissional da aviação paga todos os custos de qualificação e certificação onde para além disso, são obrigados a pagar as despesas de viagens e ajudas de custos para os inspetores da AAC envolvidos nesses processos, custos esses im-

plicados nas leis formuladas pela AAC.

Sem dizer que as operadoras são obrigadas a pagar os custos de formação dos Inspectores da AAC para que os mesmos possam trabalhar um dito processo de certificação”, esclarece.

A nossa fonte diz, por outro lado, que a AAC sabe que Cabo Verde não possui estruturas de formação aeronáutica e “mesmo assim cria leis que dificultam os interessados nessas áreas em criar uma escola da aviação, que não seja por ela certificada, quando ela muitas vezes não tem condições de garantir essas exigências, isso porque o mercado

cabo-verdiano ainda não está a ser atrativo nessa área”.

“Isso demonstra que a AAC em vez de criar condições mínimas que garantam a operação dentro dos limites de segurança, modifica os mínimos exigidos ou recomendados pela ICAO e sufoca o sector de forma propositada” afirma o nosso interlocutor, que considera que este cenário provocado pela administração da AAC que “só vê a aviação do lado jurídico documental”.

Tentamos ouvir a versão da AAC, através do presidente do Conselho de Administração, Abraão Lima, mas este foi logo dizendo que não tinha “nada a declarar”.

Cai o pano no Parlamento

“Parcialidade” de Jorge Santos marca IX legislatura

Esta IX legislatura, que já está no fim e que ontem ficou marcado pelo debate sobre o balanço da governação do MpD e de Ulisses Correia e Silva, já faz parte da história, com os seus altos e baixos.

Ela arrancou praticamente como uma situação controversa e que acabaria por levar o Tribunal Constitucional a produzir um acórdão condenando o Presidente da AN, Jorge Santos, por violação dos princípios da constitucionalidade e da separação e interdependência de poderes previstos na Constituição da República, ao presidir a sessão plenária que aprovou o Orçamento do Estado de 2017 estando, também, na qualidade de Presidente da República interino.

“Parcialidade” de Jorge Santos

Jorge Santos foi, de resto, um PAN controverso e contestado, sobretudo, pela oposição que em vários momentos duvidou da forma, alegadamente, parcial como dirigiu as plenárias da AN.

O PAN também foi acusado de participar na estratégia do MpD, partido no poder e ao qual pertence Santos, para a destruição da imagem da líder do PAICV, Janira Hoppfer Almada, “para comprometer a concorrência política, normal em democracia, e para fragilizar a oposição democrática”.

Na reação, a líder parlamentar do Movimento para a Democracia (MpD), Joana Rosa, acusou o PAICV de querer “afundar o Parlamento e acabar com o presidente da Assembleia Nacional”.

Estatuto especial para Praia

O chumbo do Estatuto Administrativo Especial para a cidade da Praia também foi um dos aspectos marcantes desta IX Legislatura. Essa proposta de lei, que não reunia consensos no interior dos sujeitos parlamentares, não obteve votos suficientes para a sua aprovação, na primeira plenária de Julho de 2020.

O diploma, que carecia de uma maioria qualificada de dois terços



Cai o pano, esta semana, na IX Legislatura da Assembleia Nacional, fortemente marcada pela pandemia da covid-19. A maioria do MpD conseguiu fazer passar toadas as propostas de lei que exigiam uma maioria simples, mas não conseguiu aprovar a Lei da Regionalização e o Estatuto Especial para Praia, que requeriam uma maioria reforçada de dois terços. A legislatura também ficou marcada pela “parcialidade” de Jorge Santos na condução das sessões plenárias.

Daniel Almeida

para a sua aprovação, contou com 39 votos a favor, seis votos contra e 21 abstenções. Dos votos a favor, 35 foram da bancada do MpD e quatro do PAICV (Felisberto Vieira, Júlio Correia, José Sanches e José Gomes da Veiga).

Os três deputados da UCID, que votaram contra, foram acompanhados pelos deputados do PAICV João do Carmo, Filomena Martins e Carlos Delgado. A deputada do MpD Mirceia Delgado também votou contra, criando quase que uma crise na sua bancada e partido.

Dos 72 deputados em efetividade de funções, apenas 66 participaram na votação do diploma,

que, neste caso, precisava de 44 votos favoráveis para a sua aprovação.

Regionalização

Depois de ter sido aprovada, na generalidade, na sessão de Outubro de 2018, a lei sobre a regionalização foi retirada da agenda em Março de 2019, depois do pedido de cancelamento da votação, na especialidade, feito pelo ministro dos Assuntos Parlamentares, Fernando Elísio Freire.

O pedido de retirada do diploma surgiu na sequência do chumbo dos artigos 6º e 7º desse diploma e as alterações que tinham

CPI's não deram em nada

Nesta IX Legislatura, que ora termina, foram constituídas várias Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) para, entre outras, investigar actos de gestão na TACV, no Novo Banco, e em relação à construção das barragens.

Em relação à TACV, o MpD considerou que o referido inquérito era uma “grande iniciativa”, porquanto havia claros indícios de má gestão de dinheiro público.

Mas o PAICV considerou que essa CPI, aprovada pela maioria do MpD, tinha por propósito desviar as atenções sobre o negócio - “pouco transparente na óptica do partido” - feito pelo executivo “ventoinha” com a Binter, transportadora privada originária das Canárias que agora detém o monopólio das ligações áreas inter-ilhas.

Em relação ao Novo Banco, a CPI concluiu que a criação dessa instituição financeira

foi uma decisão política do anterior Governo e desviou-se do objeto social.

Já a CPI sobre as barragens, criada a pedido do MpD, visava, entre outros, averiguar a responsabilidade do Governo durante todo o ciclo do processo da construção dessas infra-estruturas hidráulicas, isto é, desde a montagem da engenharia financeira até ao processo de entrega e aceitação da obra.

Como sempre, feito o barulho do costume, das conclusões das referidas CPI pouco ou nada transpirou, cumprindo-se assim a tradição no Centro do poder político em Cabo Verde.

Facto inédito, esta IX Legislatura também ficou marcada, negativamente, pelas cenas de pugilato entre os deputados Emanuel Barbosa (MpD) e Moisés Borges (PAICV).

DA

sido propostas pelo MpD em consenso com a UCID. E, como isso, ficou adiada a discussão e a votação da legislação que deveria criar as 10 regiões administrativas de Cabo Verde.

“Cancelamos porque o PAICV posicionou-se claramente contra as ilhas, contra o aprofundamento do poder local e contra criarmos oportunidades de criação de riqueza, inclusão social e emprego nas ilhas”, afirmava o ministro.

A UCID, por seu lado, considerou que o Governo errou ao cancelar a proposta. António Monteiro afirmou, na altura, que o “cancelamento não foi a melhor solução” uma vez que, como acrescentou, “tratando-se de um instrumento importante para o desenvolvimento do país e um certo equilíbrio entre as ilhas, os sujeitos parlamentares deveriam ter um pouco mais de tranquilidade e discutir as questões fracturantes até ao fim e dar ao país uma proposta que pudesse servir”.

O cancelamento da proposta acabou por não surpreender o PAICV “de modo algum”. “Eu creio que foi a opção mais inteligente”, afirmava João Baptista Pereira.

“Não fazia sentido continuarmos a discutir os artigos até ao final. Nós queríamos ver qual iria ser a criatividade do Governo para continuar esta discussão uma vez que os artigos estavam a ser reprovados”, reforçou.

Pandemia da covid-19

Face à pandemia da covid-19, o Parlamento foi obrigado a adotar um plano de contingência, que obrigou uma boa parte dos deputados a participar nas sessões através das plataformas digitais. Dos 72 deputados, apenas foi permitida a presença de 42 parlamentares na sala de sessões.

No dia 27 de Março de 2020, a comissão permanente da AN aprovava, pela primeira vez, o pedido do Presidente da República, Jorge Carlos Fonseca, para declaração do estado de emergência no país, devido à pandemia de covid-19.

E no dia 15 de Maio do mesmo ano, o Parlamento aprovava, por unanimidade, o pedido do PR para um quarto de período de estado de emergência, de 15 dias, apenas na ilha de Santiago devido à propagação da covid-19 na Praia.

Estreantes fazem balanço positivo

A NAÇÃO conversou com três deputados estreantes, que fazem um balanço positivo desta IX Legislatura. Luís Carlos Silva (MpD) fala de uma experiência “memorável”, enquanto Odailson Bandeira (PAICV) e Dora Pires (UCID) apontam alguns aspectos que precisam ser afinados para um melhor Parlamento no futuro.

Para o deputado do MpD, esta legislatura, que considera ter sido “muito boa”, pode ser dividida em dois momentos: o antes da pandemia e o no decurso da pandemia. “A pandemia alterou muita coisa, nomeadamente, os procedimentos, a forma de estar e até a própria dinâmica da plenária. Finamente aderimos ao Parlamento digital e hoje em dia temos um Parlamento que um exemplo no mundo”.

Silva considera que o Parlamento foi “um grande aprendizado” para ele, pelo facto de ter podido assumir a presidência da Comissão Especializada de Economia e Ordenamento do Território.

“Tive que estudar muito para poder acompanhar os diferentes dossiês que nos chegam à Comissão Especializada e isso me impôs uma maior responsabilidade e a maior capacidade de trabalho e de estudo”, afirmou.

A Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a TACV foi também outro momento marcante deste jovem deputado. “Tocou-me particularmente, porque tive a necessidade de estudar muito o dossiê dos transportes”, realça o jovem deputado, que considera que o estudo lhe permitiu qualificar a sua intervenção no Parlamento.

A necessidade de especialização é também outro aspecto destacado por este parlamentar que reconhece que, de início, tinha uma abordagem all-inclusive do Parlamento, “mas depois percebi que me tinha de especializar sobre al-

guns temas”.

Silva afirma ainda que a sua integração no parlamento correspondeu totalmente às suas expectativas porque “gosto da política, gosto da vida parlamentar e, nesse sentido, acho que foi uma surpresa agradável, porquanto gostei muito de ter tido essa oportunidade”.

Luís Carlos Silva consta da lista do MpD para Santiago Sul que concorre às eleições legislativas de 18 de Abril. Este deputado espera, “com a vitória do MpD”, regressar ao Parlamento na próxima legislatura.

“Missão cumprida”

Odailson Bandeira, cuja estreia no Parlamento aconteceu aos 31 anos, considera que foi uma experiência “muito enriquecedora e gratificante”, porque, como confessa, chegou com um certo “romantismo”, típico de um militante de base e que entretanto deu-se conta do seguinte:

“Muita coisa não funciona como era a minha expectativa, mas, de um modo geral, foi muito bom. Tive alguns pontos altos e baixos, mas, pelo feedback que tenho recebido dos eleitores do meu círculo, principalmente, acho que saio com o sentimento de missão cumprida e de cabeça erguida”.

Este deputado do PAICV, eleito pelo círculo de Santo Antão, considera que “o momento mais alto e o mais polémico” está relacionado com o seu voto favorável à regionalização, o que, possivelmente, terá gerado alguma polémica no interior do seu partido e “poderá ter sido a causa de me terem retirado da lista para as próximas eleições”.

“Fui escolhido pelos órgãos regionais de Santo Antão, mas o meu nome foi literalmente excluído”, lamentou, tendo em conta o facto de ter sido proposto como

número dois pela estrutura regional do PAICV em Santo Antão.

Expectativas não correspondidas

Dora Pires considera, também, que o balanço desta legislatura “é positivo”, mas ressalva que poderia ser ainda melhor. Esta deputada da UCID destaca o facto de muitas leis serem introduzidas, ultimamente, em regime de urgência, “quando poderiam ser introduzidas com a antecedência necessária para podermos debater e escolher o melhor para Cabo Verde”.

Contudo, conforme esta deputada, o Parlamento poderia ter produzido muito mais, “se houvesse menos rixa política e menos acusações”, por isso defende que é preciso fazer uma análise fria sobre o comportamento dos deputados para “podermos respeitar criteriosamente o povo que nos elegeu, em primeiro lugar, e só depois o partido”.

Esta parlamentar destaca as leis aprovadas por unanimidade como os melhores momentos desta legislatura, “o que significa ter havido consenso entre os três partidos com assento parlamentar”.

Estreante nas lides parlamentares na Legislatura que ora finda, Dora Pires afirma que as suas expectativas não foram correspondidas de todo. “Venho de um meio académico, intelectual, onde o debate e as críticas são feitas de forma diferente. Mas aqui é complicado porque cada um puxa a brasa para a sua sardinha. Confesso que às vezes me sentia desanimada num meio de um turbilhão, tendo em conta que os momentos de críspação eram inaceitáveis”.

Dora Pires, que é número quatro da lista da UCID para São Vicente, espera regressar ao Parlamento na próxima legislatura.

DA



Luís Carlos Silva



Odailson Bandeira



Dora Pires



Ministério da Justiça e
Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E CARTÓRIO NOTARIAL DO TARRAFAL DE SANTIAGO
PALÁCIO DA JUSTIÇA R/C
TELEFONE 2661124



NOTÁRIO p/s: José Ulisses Fortes Furtado

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º-A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia quatro de Março de dois mil e vinte um, de folhas 127 e 128v no livro de notas para escrituras diversas número 01/A, deste Cartório, a cargo do Notário p/s, **José Ulisses Fortes Furtado** se encontra exarado uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Cândido Gomes Correia**, falecido no dia vinte e um de Novembro de dois mil e dezoito, em Amadora, Portugal, no estado de solteiro, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, com sua última residência em Amadora, Portugal, que o falecido não deixou testamento, nem qualquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus ascendentes: **Domingos Gomes Correia e Ermelinda Sanches Correia**, casados, naturais da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residentes em Tarrafal, segundo que entretanto, no dia dezasseis de Junho de dois mil e vinte, na Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, faleceu a Senhora **Ermelinda Sanches Correia**, no estado de casada sob regime de comunhão geral de bens com **Domingos Gomes Cardoso**, natural da referida Freguesia e Concelho, com a última residência em Tarrafal, que a falecida não fez testamento, nem quaisquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros seus filhos: **Domingos Correia Cardoso**, casada sob regime de comunhão de adquiridos com Eliseu Mendes Vaz, natural da Freguesia da Santo Amaro, Concelho do Tarrafal, residente em Tarrafal, **Norberta Correia Cardoso**, divorciada, natural da Freguesia de Santo Amaro, Concelho do Tarrafal, residente em Tarrafal, **Maria Teresa Correia Cardoso**, solteira, maior, natural da Freguesia de Santo Amaro, Concelho do Tarrafal, residente em Tarrafal, **Teresa Maria Correia Cardoso da Silva**, casada sob regime de comunhão de adquiridos com Alcides Tavares da Silva, natural da Freguesia de Santo Amaro, Concelho do Tarrafal, residente em Tarrafal, **Cipriano Correia Cardoso Macedo**, casado sob regime de comunhão de adquiridos com Marcelina Lopes Da Costa Macedo, natural da Freguesia de Santo Amaro, Concelho do Tarrafal, residente em Holanda, **Rosário Lima Correia Cardoso**, solteiro, maior, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Praia, **Joana Correia Cardoso**, solteira, maior, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residente em Tarrafal, **Rosa Maria Correia Cardoso**, solteira, maior, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residente em Praia, **Simplicio Correia Cardoso**, casado sob regime de comunhão de adquiridos com Hondina de Jesus Borges Monteiro, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residente em Portugal.

Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança dos “de cujus”.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos dezassete dias do mês de Março do ano dois mil e vinte um.

Custas..... 1.000.00

Imp. de selo..... 200.00

Total..... 1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Registada sob o n.º 1901 /2021

O NOTÁRIO p/s.
José Ulisses Fortes Furtado
(José Ulisses Fortes Furtado)

Direção Geral dos Registos, Notariado e identificação, Ministério da Justiça e Trabalho, CP 286/A, Rua Cidade do Funchal, Achada Santo António, Praia, Cabo Verde



Ministério da Justiça e
Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E CARTÓRIO NOTARIAL DO TARRAFAL DE SANTIAGO
PALÁCIO DA JUSTIÇA R/C
TELEFONE 2661124



NOTÁRIO p/s: José Ulisses Fortes Furtado

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º-A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia dezoito de Março de dois mil e vinte um, de folhas 134, no livro de notas para escrituras diversas número 01/A, deste Cartório, a cargo do Notário p/s, **José Ulisses Furtado Fortes**, se encontra exarado uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Gregória Tavares Sanches**, falecida no dia trinta de Janeiro de dois mil e vinte, em Portugal, no estado de solteira, natural que foi da Freguesia de Santo Amaro, Concelho do Tarrafal, com sua última residência em Avenida Lourenço Marques, n.º 09 1.º Esq. Mina de Água Amadora, que a falecida não deixou testamento nem qualquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como

única e universal herdeira sua filha: **Vanda Liliane Tavares Monteiro**, solteira, maior, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residente em Portugal.

Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do “de cujus”.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos vinte e dois dias do mês de Março do ano dois mil e vinte um.

Custas..... 1.000.00

Imp. de selo..... 200.00

Total..... 1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Registada sob o n.º 259 /2021

O NOTÁRIO p/s.
José Ulisses Fortes Furtado
(José Ulisses Fortes Furtado)

Conservatória dos Registos, e Cartório Notarial do Tarrafal de Santiago, CP 10, Palácio da Justiça R/Chão, Telefone, 2661124



Ministério da Justiça e
Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E CARTÓRIO NOTARIAL DO TARRAFAL DE SANTIAGO
PALÁCIO DA JUSTIÇA R/C
TELEFONE 2661124



NOTÁRIO p/s: José Ulisses Fortes Furtado

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º-A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia nove de janeiro de dois mil e vinte, de folhas 135 e 136v no livro de notas para escrituras diversas número 01/A, deste Cartório, a cargo do Notário p/s, **José Ulisses Fortes Furtado**, se encontra exarado uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Maria Estrela Lopes Furtado**, falecida no dia doze de Novembro de dois mil e vinte, em Achada Longueira, no estado de casada sob o regime de adquiridos, com Francisco Gomes Soares, natural que foi da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, com sua última residência em Achada Longueira, que a falecida não deixou testamento nem qualquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **Celestina Furtado Soares**, solteira, maior, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residente em Portugal, **Reinaldo Francisco Furtado Soares**, solteiro, maior, natural da Freguesia

de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residente em Portugal, **Jorge Francisco Furtado Soares**, solteiro, maior, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residente em Achada Longueira, **Célia Maria Furtado Soares**, solteira, maior, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residente em Santa Catarina

Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do “de cujus”.

Está conforme o original. Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos vinte e dois dias do mês de Março do ano dois mil e vinte um.

Custas..... 1.000.00

Imp. de selo..... 200.00

Total..... 1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Registada sob o n.º 268/2021

O NOTÁRIO p/s.
José Ulisses Fortes Furtado
(José Ulisses Fortes Furtado)

Conservatória dos Registos, e Cartório Notarial do Tarrafal de Santiago, CP 10, Palácio da Justiça R/Chão, Telefone, 2661124



RODOU, GANHOU!

SAI SEMPRE PRÉMIO

PARTICIPE, QUARTA-FEIRA É O SEU DIA DE SORTE.

Faça um abastecimento de valor igual ou superior a **2000\$00** em **combustível** e participe na **ROLETA DA SORTE**, ganha sempre prémio.

Campanha válida às quartas-feiras, entre as 10h e as 18h, de 24 de Março a 28 de Abril de 2021, nos Postos de Combustíveis Shell.



Estamos mais pobres

O primeiro-ministro, Ulisses Correia e Silva, disse esta semana que Cabo Verde teve no ano passado uma recessão histórica de 14% do PIB. Com esta queda sem precedentes, a taxa média de crescimento anual nos últimos cinco anos (de 2016 a 2020) ficou reduzida a apenas 0,9%, inferior a 1%, contra os 1,5% dos cinco anos anteriores. Os cabo-verdianos estão também mais pobres.

José Vicente Lopes

A economia cabo-verdiana está de rastos e levará tempo para regressar aos índices de desempenho de Março de 2020, data em que a covid-19 chegou ao país, causando estragos tanto no tecido económico, como social. Com o “motor” da sua economia (turismo) paralisado, a recuperação vai depender, largamente, da forma como o mundo sair da pandemia da covid-19.

Mesmo com a vacinação em massa, em curso em vários lugares do globo, fica por saber como a economia mundial, em especial o turismo, será retomado. Se com força ou se aos poucos, tendo em conta os receios que continuarão a ensombrar a vontade de se viajar pelo mundo. A criação de um “passaporte de vacinas” faz precisamente prever os níveis de prevenção e cautela que os governos serão obrigados a adoptar na hora de reabrir as respectivas fronteiras.

Impacto interno

Entretanto, no caso de Cabo Verde, contrariando a tendência de crescimento registado

de 2016 a 2019, período em que o país cresceu a uma média anual de 4,7%, a chegada da pandemia, em Março do ano passado, veio deitar abaixo todos os indicadores positivos.

Em entrevista na segunda-feira à agência Lusa, o primeiro-ministro estimou, por ora, em 14% o valor da recessão da economia nacional. “Ainda temos as estimativas, que estão a apontar para uma recessão 14% [do PIB], o que é muito para um país que fechou 2019 com 5,7% de crescimento. Mas isso demonstra o real impacto e intensidade da covid-19”, disse Ulisses Correia e Silva.

Mais pobres

A devastação provocada pela pandemia no tecido económico e social é, contudo, mais vasta. De acordo com os dados oficiais compulsados pelo A NAÇÃO, as famílias cabo-verdianas empobreceram, em média e em termos reais, ao ritmo de 1,5% por ano, entre 2016 e 2020 (ver quadro).

Isto é, de 267.317\$00, em 2015, o rendimento per capita reduziu para 259.865\$00

em 2020. Neste período o valor mais alto registado (305.667\$00) foi em 2019.

Com este quadro, a situação dos pobres, cujo número está estimado em 35% da população (cerca de 190 mil indivíduos), muito provavelmente, ter-se-á agravado. Por outro lado, com a paralisação da economia nas duas principais ilhas turísticas do país, Sal e Boa Vista, um número importante de migrantes tiveram de regressar às suas ilhas de origem, o que terá aumentado o desemprego e a pobreza em Santiago e Santo Antão, sobretudo.

Forte quebra do turismo

Diante da recessão económica histórica, para já de 14% em 2020, como atrás foi referido, o chefe do Governo admitiu também, à agência portuguesa de notícias, que não descarta a necessidade de um Orçamento Rectificativo este ano, à semelhança do que aconteceu em 2020 com o surgimento da covid-19.

Ainda de acordo com UCS, e na linha do que já é público, a recessão está fortemente re-



lacionada à quebra na procura turística, devido às restrições impostas pela pandemia, afectando de modo particular um sector que representa cerca de 25% do PIB cabo-verdiano e que tinha registado em 2019 um recorde de 819 mil turistas.

“Nós vamos ter uma perda de turismo em cerca de 72%, comparando 2020 com 2019, são cerca de 600 mil turistas a menos, isso impacta sobretudo. Sobre o emprego, sobre as receitas fiscais, além das consequências que temos tido relativamente ao próprio tecido empresarial e às dinâmicas necessárias que o Governo implementou para as proteções [de empresas e trabalhado-

res, devido aos efeitos da covid-19]”, explicou.

Segunda mais grave crise

De acordo com analistas internacionais, a pandemia da covid-19 é a mais grave crise deste século, superando a crise financeira global de 2007/08, que igualmente teve fortes impactos em Cabo Verde. Além de financeira, a crise de 2007 teve também uma importante componente alimentar e energética, dado que nesse período os alimentos e os combustíveis sofreram uma grande alteração de preços, gerando ondas de protestos em vários países em desenvolvimento não produtores de ali-



mentos e de combustíveis.

De 2001 a 2008, o PIB cabo-verdiano registava um forte ritmo de crescimento, em média de 6,5%. De 2009 a 2015, recta final do governo de JMN, o crescimento médio anual foi de apenas 1,1%. Neste período o pior ano foi o de 2009 em que houve uma recessão de 1,3%.

Com uma economia ancorada no turismo, tratando-se de um país que importa o grosso dos alimentos que consome, a situação de Cabo Verde face aos chamados choques externos é imensa. De momento, a pandemia da covid-19 o mais gritante exemplo disso desse excesso de “exposição” ao exterior.

	2015	2016	2017	2018	2019	2020
PIB nominal (milhões de contos)	158,699	165,782	173,097	183,698	195,202	168,891
Varição nominal	2,8%	4,5%	4,4%	6,1%	6,3%	-13,5%
PIB real	140,297	146,899	152,337	159,240	168,265	144,708
Crescimento do PIB real	1,0%	4,7%	3,7%	4,5%	5,7%	-14,0%
Inflação anual	0,1%	-1,4%	0,8%	1,3%	1,1%	0,6%
Média das taxas de crescimento real 2016-2020						0,9%
População	524.833	531.239	537.661	544.081	550.483	556.857
PIB per capita nominal anual (em escudos)	302.381	312.067	321.945	337.630	354.602	303.293
Varição	1,5%	3,2%	3,2%	4,9%	5,0%	-14,5%
PIB per capita real anual (em escudos)	267.317	276.521	283.332	292.676	305.667	259.865
Varição	-0,2%	3,4%	2,5%	3,3%	4,4%	-15,0%
Taxa de crescimento média anual do PIB per capita real entre 2016-2020						-1,5%

Fonte: INE e BCV

Enacol registou redução acentuada de vendas no mercado nacional devido à covid-19



A Enacol registou uma redução acentuada de vendas no mercado nacional e internacional como consequência directa da pandemia da covid-19. Luís Filipe Duarte Flores, Diretor-Geral dessa petrolífera, considera que, a curto prazo, a situação vai depender da evolução do quadro de saúde pública a nível mundial, mas reconhece que, apesar de tudo, as perspectivas da empresa a médio prazo, são positivas.

Jason Fortes

Assim como a nível mundial, a pandemia da covid-19 teve um impacto forte também no sector empresarial ligado aos combustíveis em Cabo Verde.

A Empresa Nacional de Combustíveis (Enacol), uma das duas petrolíferas existentes no país, sentiu esse impacto, segundo declarações de Luís Filipe Duarte Flores, ao A NAÇÃO, a propósito de um ano de covid-19 no país.

“Tal como aconteceu ao resto do mundo, e em particular nos países que têm uma grande contribuição do negócio do turismo para o seu PIB, Cabo Verde e as empresas cabo-verdianas foram fortemente afetadas pela pandemia, essencialmente no que diz respeito ao mercado externo”, afirma Flores.

Redução acentuada no bunkering marítimo e aéreo

“A Enacol não foi excepção e teve uma redução acentuada

das suas vendas no mercado nacional, mas essencialmente no mercado internacional com particular atenção para os mercados de bunkering marítimo e aéreo”, acrescenta.

Apesar do contexto pandémico, Luís Filipe Duarte Flores avança que a solidez da estrutura financeira e do balanço permitiu à empresa passar este período que marcará a história mundial, cumprindo sempre as suas obrigações com alguma tranquilidade e mantendo os postos de trabalho, protegendo as pessoas e todas as suas operações intactas.

Corrida desenfreada ao gás

No início, quando foi decretado o primeiro estado de emergência no país, assistiu-se a uma corrida desenfreada aos postos de venda de gás, dando origem a alguma “perturbação” no stock disponível desse recurso.

O Diretor-Geral da Enacol

explica que nem sempre a “corrida desenfreada” ao gás, se traduz no aumento de vendas, se analisado o ano completo.

“Especificamente no gás, houve efeitos contrários, porque se, por um lado, aconteceu algum aumento de consumo no sector doméstico, por outro, tivemos uma redução no sector do turismo. O mesmo aconteceu nos restantes produtos ligados ao mercado interno”.

Garantias no fornecimento de gás

Luís Filipe Duarte Flores clarifica que actualmente não existe e não prevê que venha a existir qualquer crise no sector do gás, pois a armazenagem existente no país é mais do que suficiente para dar resposta às necessidades de consumo e o fornecimento de gás.

“Existiram pontualmente problemas logísticos na operação marítima que associados à tal ‘corrida desenfreada’,



Luís Filipe Duarte Flores, Diretor-Geral da Enacol

apesar de termos reforçado os stocks nas várias ilhas, gerou constrangimentos pontuais em algumas ilhas, mas que estão completamente ultrapassados”, frisa.

Perspectivas

Segundo o Diretor-Geral da Enacol, as perspectivas para médio prazo são muito positivas e de continuidade no caminho que a empresa tem vindo a trilhar, e que passa pela aposta nas pessoas, na inovação tecno-

lógica e numa estratégia de melhoria contínua dos seus serviços.

Ainda assim, faz saber que, a curto prazo, a perspectiva de toda a economia depende da evolução do quadro de saúde pública a nível mundial e consequentemente da abertura dos mercados ligados ao turismo, nomeadamente dos países europeus, sendo que a Enacol está preparada e será sempre um parceiro estratégico para ajudar o país a acelerar a retoma da economia.

Leia e ouça o jornal **A Nação** **Cabo Verde** em qualquer lugar, em qualquer língua.

Baixe o aplicativo
PressReader e aproveite!



Covid-19

Sal enfrenta nova vaga

Há mais de uma semana que a ilha do Sal vem registando uma nova vaga de casos positivos da covid-19. Os sintomas são mais fortes e o poder de contágio parece ser maior, o que faz as autoridades sanitárias locais desconfiarem de que uma nova variante esteja a circular na ilha. São 92 casos activos até esta quarta-feira, dos quais 90 foram notificados na última semana.

Natalina Andrade



A procura pelos serviços de saúde na ilha do Sal também aumentou, o que reforça a probabilidade de uma variante mais agressiva. Em declarações à rádio pública, na passada sexta-feira, Cláudia Silva, diretora do Hospital Ramiro Figueira, colocava esta hipótese, com base no aumento gradual do número de casos e na procura pelos serviços de saúde locais.

“Temos notado um aumento de transmissibilidade, muitas vezes no seio familiar, enquanto que anteriormente poderíamos encontrar membros do mesmo agregado sem o vírus. Recentemente é muito difícil não ter transmissão do vírus (no mesmo agregado). Ainda não conseguimos, ao certo, afirmar qual é a variante, mas conseguimos notar que a transmissibilidade e também a manifestação dos sin-

tomas está diferente do ano passado. É mais forte”, explicou.

A responsável apelou, por isso, para que as pessoas utilizem a linha verde para comunicar sintomas, em vez de deslocar diretamente ao hospital, como, segundo diz, tem acontecido nos últimos dias.

Após o anúncio da identificação de dois casos da variante britânica da covid-19 na ilha de Santiago, anunciados a 01 de Março. Até agora mais informações não foram avançadas sobre a circulação desta ou de outras variantes no arquipélago, mas a Direção Nacional da Saúde garante que está a aguardar o resultado de novas amostras enviadas aos parceiros internacionais para rastreio.

A nível nacional, o país contabiliza 534 casos activos até esta quarta-feira (24), 303 dos quais

na Cidade da Praia. Para além dos 92 no Sal, há ainda 34 em São Vicente, 23 na Boa Vista, 20 na Ribeira Brava e 17 em Santa Catarina, que compõem o grupo com mais casos neste momento.

Quase dois mil profissionais vacinados

A adesão à campanha de vacinação contra a covid-19, iniciada a 19 de Março, tem sido “muito boa”, segundo avançou, esta segunda-feira, o director nacional da saúde, Jorge Noel Barreto. Até então, cerca de 1730 profissionais da saúde estavam já vacinados, com o imunizante da Pfizer, o que corresponde a 40% do previsto no Plano Nacional de Vacinação.

“A adesão tem sido muito boa. Nós tivemos algumas situações em que as pessoas ain-

da estavam indecisas, o que é perfeitamente normal. Temos estado a dizer que a vacinação não é obrigatória, mas é recomendada”, sublinhou

Jorge Barreto considera, entretanto, normal que as pessoas tenham dúvidas, mas diz que o ministério tem trabalhado na sensibilização, o que leva a que muitos acabem por aceitar a vacina, entendendo que é um benefício que estão a ter neste momento.

Vacinas da AstraZeneca já estão a ser distribuídas

Com previsão para arranjar em breve com a aplicação da vacina da farmacêutica AstraZeneca, as doses já estão a ser distribuídas pelas ilhas do país. Nesta quarta-feira, a região sanitária de Fogo e Brava

recebeu um total de 1200 doses do imunizante, dos quais mil para o Fogo e 200 para a Brava.

Depois da vacinação dos profissionais das estruturas de saúde da região, ocorrida nos dias 18 e 22, as novas doses serão administradas no pessoal da Polícia Nacional, serviço de Protecção Civil e Bombeiros Municipais, pessoal ligado ao turismo, doentes crónicos, pessoas com mais de 65 anos, professores e pessoas com outras comorbidades, segundo avançou Evandro Monteiro, director da região sanitária e do Hospital São Francisco de Assis, em declarações à RCV.

A equipa local está agora na fase de mapeamento e identificação das pessoas que necessitam de vacinas, para efeitos também de sensibilização, antes de se avançar para a vacinação. ☺

Brasil regista maior média de mortes diárias no mundo

Na terça-feira, o Brasil bateu o recorde de maior média de vítimas mortais da covid-19 registado em todo o mundo, desde o início da pandemia. Foram 3.158 vidas ceifadas pelo vírus, num único dia, no sentido inverso daquilo que acontece nos outros países do mundo, com o número de mortes em tendência

decrecente. No total, o país já contabiliza 298.843 vítimas mortais.

No mesmo dia, o presidente Jair Bolsonaro mudou o seu discurso em rede nacional de televisão e defendeu a vacinação, após várias declarações menosprezando a doença.

Após a declaração dos dados de terça-

feira, Bolsonaro foi à TV anunciar que “2021 será o ano da vacinação dos brasileiros contra a covid-19”. O político disse ainda que “em nenhum momento o governo deixou de tomar medidas importantes para combater o vírus e o caos na economia”.

“Já são 62 dias seguidos com a mé-

dia móvel de mortes acima da marca de 1 mil, e pelo décimo sexto dia a marca aparece acima de 1,5 mil. O país completa agora uma semana com essa média acima da marca dos 2 mil mortos por dia. Foram 25 recordes seguidos nesse índice, registados de 27 de Fevereiro até aqui”, escrevia, esta terça-feira, o “G1”.

A Nação

JORNAL INDEPENDENTE

Cabo Verde

13 Anos

2007 - 2020

UM JORNALISMO PLURAL E INDEPENDENTE

www.anacao.cv

[f](https://www.facebook.com/anacaocaboverde) [t](https://twitter.com/anacaocaboverde) [i](https://www.instagram.com/anacaocaboverde)

[anacaocaboverde](https://www.anacaocaboverde.com)

SOCIEDADE

Porto Novo

Agricultores de Alto Mira clamam por melhoria de transportes para escoarem seus produtos

O presidente da Associação dos Agricultores de Alto Mira, Ederlino Fortes, afirma que na impossibilidade de escoar os seus produtos nas ilhas do Sal e da Boa Vista, ele e os seus pares são obrigados a vendê-los ao desbarato no mercado informal do Porto Novo.

“Temos muita produção, mas não há mercado para colocar os nossos produtos. Por isso, somos obrigados a vender, a um preço muito baixo, os produtos para os rabidantes no mercado informal da cidade do Porto Novo. Não temos outra maneira”, avança Fortes.

Segundo aquele responsável, este ano, Alto Mira, com excepção do milho, registou boa produção de tomate, feijões, batatas, cenoura e repolho. Mas, devido às dificuldades para colocar os excedentes da produção num mercado mais competitivo, os agricultores são obrigados a vender um quilo de tomate e repolho



no mercado local por apenas 20 escudos. Enquanto que nas outras ilhas podiam ser comercializados por 50 escudos ou mais.

Conforme Fortes, a transformação constitui uma outra preocupação dos agricultores em Alto Mira. Os camponeses perspectivavam a instalação de um centro de transformação de produtos agro-alimentares na região para ajudar a combater as perdas do rendimento.

Ederlino Fortes aponta ainda que o aumento da disponibilidade de água para a rega tem sido, também, uma preocupação dos lavradores, que já enviaram ao Ministério da Agricultura e Ambiente uma exposição, propondo a mobilização de água subterrânea, com a execução de um furo.

A falta de mercado tem sido, também, uma angústia para os agricultores de outras zonas no município do Porto Novo, como é o caso de Martiene, um dos maiores produtores de batata comum.



Projecto de valorização do parque de Tope de Coroa vai ser retomado

O projecto de valorização do parque natural de Tope de Coroa, no Porto Novo, vai ser retomado a partir de Abril, com a continuação do muro de protecção, além da produção de plantas e reflorestação.

O presidente da associação Luz Verde do Norte, António Lima, assegura que está tudo acertado com o Ministério da Agricultura e Ambiente para a assinatura de um novo contrato, que vai permitir a retoma do projecto, já a partir do próximo mês de Abril.

Lima vinha alertando para a necessidade de se prosseguir com os inves-

timentos no parque de Tope de Coroa, com vista à protecção das espécies de plantas endémicas, que estão em risco.

Segundo aquele líder associativo, a conservação da biodiversidade no parque natural de Tope de Coroa, com uma área de 8.491 hectares de extensão, tem sido “uma preocupação constante” da associação Luz Verde do Norte, que tem defendido intervenções nessa área protegida, criada em 2003.

O parque dispõe de 61 por cento (%) de espécies endémicas de plantas típicas de Cabo Verde, dos quais 25% estão na lista de espécies em vias de extinção.

Sal

Bombeiras debatem o papel da mulher

Um grupo de mulheres bombeiras, na ilha do Sal, promove, esta sexta-feira, 26 Março, um encontro para debater o papel da mulher, desafios e conquistas na corporação, no âmbito das celebrações de “Março, mês da mulher”.

O encontro acontece pelas 10 horas, no Salão Nobre do Paços do Concelho, e tem como propósito a valorização do activo feminino e a discussão de temas relacionados ao papel da mulher na corporação, seus desafios e conquistas.

“O empoderamento feminino e os desafios da maternidade na carreira de bombeiros” e “stress ocupacional por inadequação de instalações e no impacto da pandemia na vida das mulheres/mães chefes de família”, são os temas que vão debater.

O momento serve também para homenagear três mulheres pioneiras na incorporação de Bombeiras da ilha do Sal, bem como debater a proposta da criação de uma Associação de Mulheres Bombeiras do Sal.

Qualificação CAN 2021

Cabo Verde procura repetir proeza de 2012 ante Camarões

A selecção cabo-verdiana volta a entrar em campo esta sexta-feira, tendo em vista a qualificação para o CAN 2021. O primeiro dos dois últimos jogos da qualificação é a recepção ao combinado dos Camarões no Estádio Nacional, na cidade da Praia.

Quatro meses após ter disputado a última partida, a selecção nacional procura ainda a sua primeira vitória na qualificação. O adversário é o líder do grupo F, com 10 pontos, enquanto que Cabo Verde segue na terceira posição com os mesmos quatro pontos da selecção de Moçambique (mais um jogo). Com a vitória sobre Moçambique na quarta-feira, Ruanda isolou-se no segundo lugar, agora com cinco pontos.

A convocatória do seleccionador Pedro Brito “Bubista” não trouxe muitas novidades, quando comparada com a que tinha escalado para o duplo compromisso com a Ruanda. Desta feita as chamadas que fizeram mais eco foram as do ponta de lança do Leixões, Papalelê, e do ala do Hamrun Spartan, Dodô Soares.

No caso de Papalelê, não conseguiu viajar devido a questões de natureza burocrática. Já Dodô, muito dificilmente vai conseguir a titularidade na sua primeira chamada à selecção. Entretanto, pela sua performance no Cam-

A selecção nacional de futebol defronta esta sexta-feira (26), em casa, a sua congénere dos Camarões em jogo a contar para a quinta jornada do grupo F, qualificação para o CAN 2021. Frente aos “Leões indomáveis”, os “Tubarões Azuis” vão procurar repetir a proeza de 2012, o triunfo no Estádio da Várzea por 2-0, que na altura foi o primeiro passo para a qualificação ao CAN do ano seguinte.

Jason Fortes



peonato de Malta, muito provavelmente irá merecer minutos na partida frente aos Camarões.

Confira a lista completa de convocados:

GUARDA-REDES – Josimar Dias ‘Vozinha’ – AEL Limassol; Ivan Cruz – União Sport Club de Paredes; Márcio da Rosa – Cova da Piedade.

DEFESAS – Ianique Tavares ‘Stopira’ – MOL Fehervar; Carlos Rodrigues ‘Ponck’ – Basaksehir; Edilson Borges ‘Diney’ – FAR Rabat; Lorenzo Fonseca – Den Bosch; Roberto Lopes – Shamrock Rovers; Jeffrey Fortes – Sparta Roterdão; Steven Pereira – Oliveirense; Dylan Tavares – Lausanne Ouchy; Tiago Almeida – Varzim.

MÉDIOS – Marco Soares – Arouca; Hélder Tavares – FC Voluntari; Patrick Andrade – Qarabag; Telmo Arcanjo – Tondela; Jamiro Monteiro – Philadelphia Union; Carlos Fernandes ‘Kuça’ – Mafra; João Paulo Fernandes – Leça; Bruno Leite – Haugesund.

AVANÇADOS – Djaniny Semedo – Trabzonspor; Ryan Mendes – Al Nasr; Gilson Tavares – Estoril; Lisandro Semedo – Fortuna Sittard; Vasco Lopes – União de Santarem; Patrick Fernandes – Varzim; Dodo – Hamrun Spartans; Willis Furtado – JK Jerv; Helio Silva ‘Papalelê’ – Leixões.



Camarões de boas memórias

Cabo Verde e Camarões já se defrontaram em cinco ocasiões diferentes. O mais recente aconteceu em Novembro de 2019 e ditou um empate a zero.

Os dois primeiros embates entre estas duas formações aconteceram em 2008 na qualificação para o Campeonato do Mundo de 2010. Nesse ano, Cabo Verde perdeu os dois jogos por 2-0 (fora) e 2-1 (dentro).

Entretanto, a história dos confrontos referentes a 2012 é bem diferente e com um sabor especial para Cabo

Verde. As duas selecções defrontaram-se sendo que quem vencesse a eliminatória iria se qualificar para o CAN 2013. Na primeira mão, Cabo Verde venceu, em casa, por 2-0, com golos de Ricardo e Djaniny. Na segunda mão perdeu por 2-1, e mesmo assim conseguiu a sua primeira ida a um Campeonato Africano das Nações. Heldon marcou de livre directo para Cabo Verde enquanto que Emaná e Olinga facturaram para a equipa da casa.

De lá para cá muito mudou para

ambas as equipas, a começar pela ausência de público, que pesa muito na questão do factor casa. Mas os protagonistas também mudaram.

Do lote de jogadores convocados por Cabo Verde para o duplo embate com Camarões em 2012, apenas Vozinha, Marco Soares e Ryan ainda fazem parte do time. Bubista, o actual técnico da selecção nacional, era na altura adjunto de Lúcio Antunes.

Do lado dos Camarões, o ponta-de-lança do Bayern de Munique, Choupo-Moting, é o único resistente da se-

lecção que tombou aos pés de Cabo Verde em 2013. Entretanto o avançado ficou de fora desta convocatória devido a um mal-entendido entre a federação camaronesa e o clube que o atleta representa.

Cabo Verde recebe, esta sexta-feira, no Estádio Nacional, a selecção camaronesa, em jogo a contar para a quinta e penúltima jornada do Grupo F. Na próxima semana, a 30 de Março, Cabo Verde desloca-se a Moçambique para a derradeira jornada do Grupo F.

JF



Alexandre Gomes

Mulheres, espinha dorsal da Polícia Nacional

“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota”

Madre Teresa de Calcutá

Neste março de todas as cores – da mulher, da primavera, da poesia e, assim, do amor - não se quer brindar com este festivo mês – mês essencialmente feminino pelas efemérides, mas sim, expor a nossa modéstia opinião sobre o papel da mulher no seio da corporação Policial. Efetivamente, comemora-se ao longo deste mês datas ímpares concernentes às mulheres tais como: oito (08) e vinte e sete (27), dia internacional e da mulher Cabo-verdiana, respetivamente. A instituição Policial tem sido um dos aconchegos dessa classe e, assim, apraz dar à estampa esta odisséia reflexiva.

As mulheres polícias têm vindo a desenvolver um trabalho meritório em prol da segurança e ordem pública. Temos mulheres em todas as esferas profissionais da Polícia Nacional (PN), desempenhando funções diversas. Mulheres confiantes e certas daquilo que querem, que lutam para que os seus direitos sejam salvaguardados. Elas têm exercido suas funções com distinção, pese embora sejam minorias. Os dados apontam por cerca de 12% de todo o efetivo policial, mesmo assim, não têm deixado seus créditos em mãos alheias.

Essa pequena franja da corporação policial - a espinha dorsal da PN - muito contribuiu e vem contribuindo para que ganhos hoje conseguidos, se devam às ousadas intervenções dessa classe que de lés a lés, cutelo a cutelo, sol a sol patrulham nossas ruas, vilas e cidades fazendo de Cabo Verde um país seguro e de referência.

A PN, não obstante, ter vindo a recrutar números significativos de mulheres para suas fileiras e pautar por uma racional distribuição interna a ponto de preencher setores chaves com agentes do sexo feminino, registamos com algum pasmo, a pouca representação de mulheres nas diversas classes que compõem a estrutura hierárquica da Polícia Nacional. É de justiça uma participação e composição mais representativa e que se ajusta à medida da representatividade in totum de todo o efetivo policial, conquanto que não seja uma dádiva, mas sim uma conquista de cada mulher.

Podemos dizer com convicção, neste ano em que a PN comemora os 150 anos de sua existência, que a mulher polícia tem sabido esculpir, na fina porcelana do nosso destino, um rosto da corporação policial. Rosto esse que tem a persistência como sua essência, e a resiliência para não se deixar vencer.

Os próximos tempos não serão fáceis, já nasceram difíceis, obviamente. Porém, seremos capazes de vencer e as mulheres serão, indubitavelmente, a nossa âncora para nos ajudar a chegar a um porto seguro.

Nosso apelo nesse dia importante para a geração feminina é que saibam aproveitar os desafios trazidos hoje pela era digital e pelo fenómeno da globalização e que em vós desperte um proliferar de ideias na busca de soluções para as grandes questões daí advenientes e, concomitantemente, ajudam a PN a encontrar soluções no que toca à pequena e grande criminalidade. A criminalidade, hoje em dia, é muito discutida como sendo um fenómeno estrutural e/ou conjuntural. Assim, deva ser discutida na base da estrutura social e ninguém melhor do que as mulheres, sem prejuízo da responsabilidade que cabe aos homens, para firmarem uma cultura cidadã de berço, centralizada no seu papel de educadora e família. A mulher enquanto mãe, esposa, dona de casa e profissional tem à sua disposição trunfos para iniciar, manter e estabelecer uma educação assente em valores e princípios sociais que, mutatis mutandis, constituem fundamentos de ordem pública e bases sólidas para uma sociedade que

almejamos segura, justa, equilibrada e próspera.

Por outro lado, registamos, com alguma preocupação, inúmeros pedidos de apoio devido à violência baseada no género e casos hediondos de feminicídio durante o período de isolamento social a que esta pandemia obriga, sendo as mulheres as maiores vítimas. Em situações do tipo, as meninas e mulheres são, geralmente, as mais afetadas, pelo que, necessitam de uma atenção e proteção especial. As mulheres polícias também são expostas a tais riscos e, por outro, têm desencadeado mecanismos para fazer face a tais situações, dentro de suas competências.

Outrossim, segundo dados mundiais, os homens têm sido mais atingidos pela doença e morte causada pela COVID-19, mas é sobre as mulheres que pende um custo social mais elevado porquanto muitas mulheres são as únicas cuidadoras de dependentes, a sua inserção no mercado de trabalho é mais precária, constituindo a maioria dos trabalhadores informais e, portanto, tendo menos acesso aos sistemas de proteção social.

Nesse sentido urge implementar e pôr em prática políticas públicas e medidas de apoio permanente às mulheres do setor informal da economia e combate a violência baseada no género, que ganha contornos específicos no atual quadro de calamidade pública num período em que o nosso país e o mundo está a travar lutas sem precedentes contra a COVID-19. Entendemos que o papel das mulheres cabo-verdianas será, como sempre tem sido, essencial para triunfamos. Desde logo, no cuidado das crianças e dos adolescentes e de toda família, mas de forma geral, nas diversas áreas em que atuam, transmitindo sua força de vontade, resiliência e capacidade de trabalho que serão determinantes neste

período de e pós crise.

Por fim reiteramos que a data traga um rejuvenescer de ideias e que os caminhos trilhados e os conhecimentos adquiridos sejam materializados para que juntos possamos fazer face aos grandes flagelos que assolam a sociedade cabo-verdiana e contribuir para o engrandecimento e o cumprimento dos objetivos da PN.

De igual modo, reforçamos a ideia de que ser polícia e o exercício da função policial é tarefa nobre quando exercida com nobreza, porquanto, espera-se de nós uma atuação adequada e sob o primado da lei. Os direitos fundamentais são traves mestras de qualquer sistema e alicerces do Estado de Direito que tem na dignidade humana seu fundamento e alcance. Não são meros catálogos de direitos, mas sim disposições vinculativas, diretamente aplicáveis e oponíveis contra o próprio Estado. No fundo consubstancia luz e guia do sistema e permita o alinhamento à uma política pública de segurança que se quer próxima e assente no homem numa visão holística e abordagem integradora da atuação policial e que materializa, a breve trecho, o Programa Nacional de Segurança Interna e Cidadania sufragado no Programa de Governo e Moção de Confiança da IX legislatura e que ora finda.

Finalmente, concluiríamos parafraseando, CHARLES DARWIN: “não é o mais forte nem o mais inteligente das espécies que sobrevive, mas a que tem maior capacidade de adaptação”. Portanto, para o sucesso a adaptação é fundamental. Adaptação ao lugar, ao tempo, às circunstâncias, às realidades e mais do que nunca a adaptação àquela que nos une e nos identifica como pessoa, a DIGNIDADE. Com isso prevalece a “segurança de todos, para todos e com todos”.

Bem-haja!

“Reforçamos a ideia de que ser polícia e o exercício da função policial é tarefa nobre quando exercida com nobreza, porquanto, espera-se de nós uma atuação adequada e sob o primado da lei”

“Djonsa Bi”

A amarga experiência da guerra nas matas de Angola



Nataniel Vicente Barbosa e Silva

“Djonsa Bi” conta, na primeira pessoa, a sua experiência de guerra nas matas de Angola, como combatente nas fileiras das tropas do Exército português (1971 a 1974) contra as forças independentistas.

Foi uma guerra controversa, mal preparada, desmotivada e condenada por vários sectores da sociedade civil, nomeadamente: Igreja Católica, movimentos estudantis, associações sindicais, etc. Um conflito que deixara milhares de vidas ceifadas, algumas das quais em plena flor da idade e muitos sonhos por realizar.

Quem é “Djonsa Bi”?

João Vaz Amarante ou “Djonsa Bi” - como é popularmente conhecido na Cidade de Mangui (a capital de Tarrafal de Santiago) -, nasceu a 5 de Janeiro de 1950, no sítio de Ponta Lagoa.

É o quinto filho, num grupo de cinco irmãos, do casal: Eugénio Vaz Miranda e de Águeda Vaz Amarante.

Nessa linhagem, figura apenas uma rapariga, falecida há sete anos. O único irmão vivo, o mais novo de todos, vive em Portugal, há vários anos.

Infância

Passou toda a infância em Ponta Lagoa. Aos sete anos conheceu os banquinhos da Escola Grande, na (então) Vila de Mangui, estudando a 1ª classe com a professora Dª Alice, natural de São Vicente.

No ano seguinte, estuda a 2ª, com o professor Paulino, também de São Vicente, para, na 3ª classe, voltar à Dª Alice.

Concluiu a 4ª classe sob a batuta do Sr. Tunas. E sublinha: “Studaba mas ki 4ª classe, na kel tenpu, ka era pa tudu mininu”.

A adolescência não foi diferente da dos outros colegas do seu tempo. Ainda se recorda das belas tardes de “jogos di bolas meias”, nas redondezas da casa, com os colegas da sua idade.

Chega a conturbada fase da juventude.

“Nha juventude foi muderadu. Kontudu, N tinha txeus pikenas. N ba pa tropa na Portugal i N finda sirvisu militar na Angola”, conta, remarcando: “Ami, N kumesa trabadja ku 13 anus. Ku 15 dja N kumesa ta ganha algun trokinhu na peska”.

Serviço militar

O Serviço Militar era Obrigatório (SMO). Um destino que, dificilmente, poderia um mancebo escapar.

Assim, aos 21 anos, foi chamado à tropa. Fazer o SMO, nessa época, era sinónimo de fazer a guerra.

A tristemente célebre “Guerra Colonial”, que poucos rapazes dessa idade t escaparam. Uma guerra obrigatória, contra os próprios irmãos de sangue. Quem partia, deixava, em casa, choros e lamentos porque, realmente, era uma partida com pouca hipótese de regresso.

Quem tivera o triste destino de partir para essa guerra e que tivera a bendita sorte de regressar à casa com vida, só trazia fardas no corpo e traumas da guerra.

Muitos deles vivem, ainda hoje, em condições extremamente difíceis e desumanas, com muitas sequelas. Os mais ambiciosos conseguiram refazer a sua vida. Não são poucos, na verdade, os cabo-verdianos que foram forçados a pegar em armas, deixando pai e mãe em desespero, vendo os seus filhos partirem para uma missão de enorme risco.

Há poucos anos, as autoridades portuguesas falaram sobre a eventualidade de virem a ser contemplados com alguma pensão de sobrevivência, mas, tal promessa não passou de letra morta.

Hoje, infelizmente, com o cenário da Pandemia que o Mundo atravessa, se torna, ainda, cada vez mais distante a concretização desse compromisso, pelo que somos tentados a citar o pensador Dante Alighieri:

“Ó, vós que entráis, abandonai toda a esperança”.

Ora, mas dando fé ao adágio popular: “a esperança é a última a morrer”.

Embarque...

Vamos viajar no tempo, com “Djonsa d’Alda”.

“Nos nu baba sima galinha na buru: pé maradu, kabesa pa baxu”, ironiza.

Em companhia de outros colegas de Barlavento e Sotavento, embarca para Portugal no pacote “Niassa”.

Seguem, na primeira leva, perto de mil e 800 mancebos. Após dez dias de viagem, em 20 de Abril de 1971, ancora no Porto de Cascais, em Portugal. Uma parte destes segue para Viana do Castelo onde, permanece, por um período de cinco meses e cinco dias em instrução.

Nesse grupo estava “Djonsa d’Alda”.



Angola

Chega o dia decisivo: 17 de Novembro de 1971. O já então soldado nº 801/836/71, João Vaz Amarante, e mais colegas deixam Portugal, rumo a Angola, no pacote “Vera Cruz”.

Desta feita, já não como “galinha de pés amarrados”, mas, consciente de quem iam (ele e colegas!) para “uma missão extremamente difícil”. Aquartelados no “Chima-Congo”, próximo da fronteira com Brazzaville, “num mato, não muito longe da cidade”.

Esboça um sorriso tímido, lembrando: “Primeru dia di matu tudu e stranhhu, bu ta odja bitxus di tudu spesi; mas...ez ta odjaz ez ta kori”, acrescentando que, “as vezis, inimigus ta disfarsaba, a pontu di ben kumi ku nos na meza na Kuartel, ta kumi ta bebi so bu ta ben da konta dipôz».

Coisas da guerra.

Acidente...

Conta um dos episódios que mais lhe marcou na Guerra de Angola: “Nu staba nun onimogu (carro militar), xeiu di tropas, na travesa un Ponti. Di ripenti, karu dispista i ba kai dentu riu”, acrescentando que a “viatura era conduzido pa GilMekâniku”.

De relevar que Gil Mecânico é uma pessoa bem conhecida, presentemente, da nossa praça. E prossegue: “Ami kual, nu luta djuntu na Matu di Angola. El era kondutor di Tropa. N ta lenbra inda, di uns cinco rapaziz di Kadjeta (Calheta de São Miguel): Salvador, konxedu na Tropa pa ‘Salvador Giganti Adamastor’, pur kauza di si ilevadu statura (Kuazi dôz metru). Kelêtu, era Salvador Furta-do, ki era Barberu na Tropa, un individu mutu gratu. Senpri kê ben Tarrafal, ê ta ben djoben li na kaza. Kelêtu é ‘Salva-

dor Piskador”, di Benexa. Kezotus dôz, um txomaba Totô, i kelôtu, Mimôzu”.

Após 28 meses do SMO nas matas de Angola, ruma, com outros colegas, para Portugal, onde permanecem por seis dias, em “comes & bebes”.

Em casa...

Não há alegria maior para um pai ou uma mãe de que receber um filho, regressado de uma guerra.

Depois de uma ausência de dois anos e tal, chega, finalmente, à casa. À sua espera estava toda família e vizinhança. “Era dez ora di noti... kantu N txiga kaza”, recorda.

vOito dias depois, foi entregar as fardas, no que é hoje o “Quartel Jaime Mota”, na Praia.

Passado algum tempo, encontra o primeiro trabalho como capataz, na extracção de areia, para calcetamento. O salário, embora insignificante, dava para ajudar os pais na manutenção da casa.

Casamento

O casamento é o sonho natural de qualquer jovem.

Assim, aos 25 anos, isto é, um ano depois do seu regresso da Tropa, realiza uma das seus velhas ambições.

“N tinha txêus pikenas kantu. N ben di Tropa, mas, djan tinha kunprimisu di kazamentu, antis di N ba tropa, ku kel ki N ben kaza kual”, revela.

A cerimónia aconteceu em 15 de Novembro de 1975, na Igreja Matriz de Santo Amaro Abade. Ele, então, na casa dos 25 - como já referimos! -, ela, na casa dos 22. Juntos, trabalharam e constituíram família, resultando em seis filhos. Infelizmente, três deles faleceram em tenra idade.

Ingresso na Polícia

Depois do casamento, adopta “Bi”, nominho da sua mulher, passando a ser tratado por “Djonsa Bi”.

Preenchidos os requisitos que, na altura, eram exigidos, vai à Praia para uma formação de três meses.

Concluída a acção, foi destacado para São Vicente. “Foi 20 di Janeru di 1978, kuandu N kumesa trabadja”, avança, destacando que a “vida difisil i kustus di vida mutu ilevadu, leban manda buska família”.

Trabalha ali, por cinco anos e quatro meses. Pede a sua desligação, regressa com a família ao Tarrafal, trabalhando na pesca.

Perdas marcantes...

O pai de “Djonsa di Bi”, acamado há já algum tempo, faleceu em 1979.

Em Setembro de 1976, tinha perdido a mãe.

A mulher, “Bi”, morre aos 60 anos, em 13 de Agosto de 2013, depois de 38 anos de casados.

Foi, sem dúvida, “uma separação dolorosa”, que o tem causado “um certo vazio na vida”.

Depois da Polícia, a vida dele foi toda ela devotada ao mar, profissão que só abandonou, por razões de saúde, aos 52 anos.

“Ami N ta piskaba, mudjer ta bai bendebe pexi”, frisa, realçando que, o mais curioso é que “mudjer ta kunprababa pexi na mi, maz ê ta bendebe pa trêz ou kuato bês mas karu, na Praia”.

“Djonsa Bi” vive, hoje, com os filhos em sua casa, com alguns problemas de saúde, mas muito animado, esperando por dias melhores



Cândido Andrade

Não há fraude na criação do fundo soberano de Cabo Verde nem ilegalidade

“Quem não investigou não tem direito a palavra” – Renato Cardoso

Em relação ao Artigo de Daniel Almeida, “Nomeações ‘Ilegais’ no Sector Financeiro”, por ser cabo-verdiano, senti-me na obrigação de clarificar quais são os principais objetivos para a criação de

Fundo de Riqueza Soberano de um País:

Diversificar as exportações de commodities não renováveis;

Auxiliar autoridades monetárias a dissipar liquidez indesejada;

Aumentar a economia para gerações futuras;

Financiar o desenvolvimento social e econômico do País;

Possibilitar o crescimento de capital sustentável de longo prazo

para o País-alvo;

Traçar estratégias políticas.

No quadro abaixo, elenco os 10 maiores Fundos de Investimento do Mundo para uma melhor compreensão.

Fundo Soberano	Total de Ativos
Fundo de Pensão do Governo da Noruega	US\$ 1.122.110.000.000
China Investimento Corpora-tion	US\$ 1.045.715.000.000
Autoridade de Investimento de Abu Dhabi	US\$ 579.621.120.000
Carteira de Investimento da Autoridade Monetária de Hong Kong	US\$ 576.029.000.000
Investimentos do Kuwait	US\$ 533.650.000.000
GIC Private Limited	US\$ 453.200.000.000
Temasek Holdings	US\$ 417.351.000.000
Corporação de Investimento de Dubai	US\$ 301.527.000.000
Conselho Nacional do Fundo de Segurança Social	US\$ 372.068.000.000
Fundo de Investimento Público	US\$ 347.000.000.000

Fonte: <http://joinvestir.thecap.com.br> (THE CAP FUNDOS)

“Em democracia, todos têm direito de liberdade de opinião, de criticar e fazer propostas. Acreditamos mesmo em período de pré-campanha, que Cabo Verde e sua imagem devem ser preservados. Esta imagem está relacionada com o risco de reputação do Fundo Soberano”

Cabo Verde só poderá ter sucesso e ser competitivo se melhorar o ambiente de negócio e melhorar as condições de acesso ao financiamento das empresas privadas. O Fundo Soberano, um instrumento inovador, irá constituir uma pedra angular para garantir e apoiar projetos empresariais intensivos em capital, melhorar o ambiente de negócios, criar rendimentos, riqueza e emprego. Contudo, com parâmetros elegíveis, de rating elevado e projectos viáveis, pautando por gestão rigorosa de accountability, preservação de capital, liquidez e rentabilidade.

Os fundos soberanos de investimento geralmente usam de recursos oriundos dos ganhos com royalties, reservas internacionais ou excedentes da arrecadação fiscal etc.

Portanto, a criação do Fundo de Investimento de Cabo Verde de acordo com o artigo 54o da Lei n o 10/VI/2002, de 15 de Julho, fixa no ponto 3 que “Aos trabalhadores do Banco é vedado fazer parte dos órgãos sociais de entidades sujeitas à supervisão do Banco de Cabo Verde ou nestas exercer quaisquer funções”.

Foram criados dois Fundos: um Fundo de Garantia de Investimento Privado e um outro Fundo de Emergência com supervisão e fiscalização diferente. O Fundo de Emergência é fiscalizado pela Inspeção Geral das Finanças. A questão de incompatibilidade é resolvida com a desvinculação do Banco de Cabo Verde. Apesar da criação da Lei no 65/IX/219, de 14 de Agosto, o Fundo Soberano de Garantia de Investimento

Privado está em processo de instalação e da criação das condições para estabelecimento no País. Portanto, não está operacional. É uma Instituição nova. O artigo da Lei no 65/IX/219 estabelece que “O Fundo está sujeito à supervisão do Banco de Cabo Verde e observa as regras de prudência e os regulamentos estabelecidos por lei ou pelo Banco Central para as instituições financeiras, nomeadamente para Instituições Bancárias e de Crédito, com as necessárias adaptações feitas por lei ou por aviso do Banco de Cabo Verde.

Além disso, informo que nenhuma instituição financeira pode operar sem o registo prévio no Banco de Cabo Verde, portanto, não há nada de ilegalidade nesse processo. Todos os assuntos foram aprovados pelos órgãos

competentes da República.

Em democracia, todos têm direito de liberdade de opinião, de criticar e fazer propostas. Acreditamos mesmo em período de pré-campanha, que Cabo Verde e sua imagem devem ser preservados. Esta imagem está relacionada com o risco de reputação do Fundo Soberano. Uma publicidade negativa envolvendo operações do Fundo prejudica a imagem Internacional do Fundo.

Por outro lado, o próprio Ministro das Finanças admitiu que irá consultar o Ministério Público para verificar se a nomeação das pessoas foi ilegal ou não e dar um parecer jurídico a esse respeito. Da leitura do Fundo Soberano do Brasil auguro muitos sucessos com o Fundo Soberano em Cabo Verde.



Nostalgias

Oficialmente, a campanha eleitoral ainda não arrancou, mas como a internet é terra de ninguém, os apelos para fisgar o eleitor já se fazem sentir, cada um da forma mais inusitada que se possa imaginar. O nível de ofertas já é tal que o eleitor, expectante, aguarda pelo final, à espera de ver um “streak tease”, à maneira. E aí o ZIG quer ver quem vai ganhar a parada. É o Grande Líder ainda bebé, é ele em viagem de navio em pose sensual... É também a Líder da Oposição a ser empurrada pela mãezinha para os braços do Papa... Com tanta nostalgia à solta, e no ar, esta campanha mais se parece com aquela canção portuguesa, “Ó tempo volta pa trás!...”



Aviso

ZIG informa os menos avisados da nossa praça que quem tem contas atrasadas a acertar com este Governo que o prazo para levar a água ao respectivo moinho está em vias de terminar. Depois de 18 de Abril, a conversa será outra. Quem está satisfeita é a Binter. Ameaçou suspender os voos a partir de 1 de Abril e logo viu as suas condições satisfeitas, mesmo em se tratando de 1 de Abril, Dia Internacional da Mentira. Aliás, não é a primeira vez que a companhia canária agiu dessa forma a quem um dia lhe abriu as portas, mandando primeiro a concorrência para a sucata. A Binter devia lembrar-se do célebre princípio luso, válido também em Cabo Verde: “Amigo não empata amigo”. Principalmente em período de aflição eleitoral.



Rabentolismo II

O MpD, ao que parece, resolveu reeditar o seu período “nu ta pita, nu ta djugal”, de triste memória rabentola. Vários dias depois de condenado pela CNE a retirar o seu material de propaganda da via pública, o partido do Governo continua olímpicamente a ignorar e a desafiar a decisão desse órgão eleitoral que ele próprio ajudou a eleger e onde tem representantes seus em maioria. É nas pequenas coisas que se conhece quem realmente pratica e respeita a Democracia, a Constituição, a República...

Mulheres

A propósito do 1º debate das Legislativas 2021, que passou na TCV e RTC, no passado domingo à noite, a presidente da AJEC, Lúcia Cardoso, chamou atenção no seu Facebook, para o facto da TCV ter “errado” ao não colocar uma mulher na dupla de jornalistas que conduziu o debate. “Esse tipo de oversight, no mundo actual, e numa corrida eleitoral com uma candidata mulher... a única mulher nesse set, eh uma grande barraca, desculpem lá”, escreveu. Depois do desabafo, em nome da igualdade do género, ZIG espera uma mulher jornalista nos próximos debates. Caso contrário...

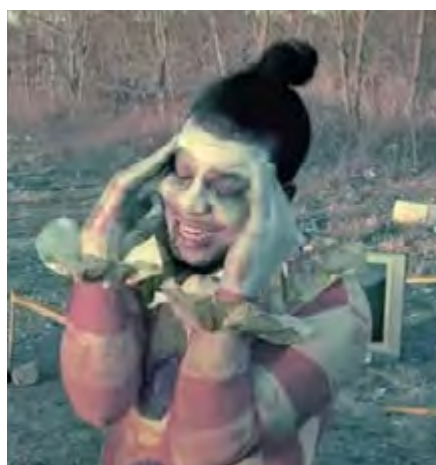
Ulisses, o Divisionista

Na última Plenária do Parlamento, UCS debateu com os deputados os cinco anos da sua governação. Parte do tempo dedicou-a ao principal partido da oposição, cobrindo de elogios certos deputados (leia-se Felisberto Vieira, José Sanches, Júlio Correia...), riscados das listas de JHA. Sentindo o toque, o PAICV, no mesmo diapasão, devolveu os mimos e o debate, como nos anteriores, acabou em triste espectáculo da Política. Felizmente, tratou-se da última sessão desta Legislatura, em termos de decoro, uma Legislatura para esquecer.



Depois do “silêncio”

Saindo da esfera política, um dos assuntos mais comentados e polémicos do momento dos últimos dias no país diz respeito a uma nova música lançada pelo rapper Wise Henrick. Radicado na “Terra do tio Sam” há já algum tempo, este trouxe “1 voz riba silêncio”, que disparou em várias direcções, pondo a nu o facto de muitos artistas estarem vendidos ao sistema Dos “Rapaz 100 juízo” a Batchart, passando por Hélio Batalha, Kiddye Bonz e até o veterano Grace Évora. A menção ao filho de Batchart em certa altura, obrigou a uma reacção deste último, ainda que apenas nas redes sociais. Expectante, ZIG aguarda novos capítulos desta novela que promete dar que falar, pois da parte dos outros visados, ainda nada se sabe.



Digital

No momento em que os bancos aconselham o uso do dinheiro plástico, para evitar filas, o Centro de Saúde de Tira-Chapéu, Praia, só aceita dinheiro vivo para pagamentos dos utentes. Ali, há um cartão bem claro a dizer que não se aceita pagamento Vinti4, como acontece em outras estruturas de saúde da capital, o que não deixa de ser estranho em se tratando de uma instituição pública. Ainda por cima, para azar dos utentes, em vez de a estrutura de saúde facilitar, só complica, pois ainda reclamam quando os utentes não têm dinheiro trocado...



Tradição e modernidade para um serviço de excelência
Tradition and modernity for an excellent service

Serviços

- Limpeza e higiene
- Limpeza e recuperação de pavimentos
- Segurança privada
- Serviços de segurança em resorts
- Limpeza de fachada
- Limpeza e conservação de monumentos
- Desengorduramento de restaurantes
- Limpeza de cadeiras, sofás, carpetes, carros e estofos

Services

- Cleaning and hygiene
- Floor cleaning and restoration
- Private security
- Security services in resorts
- Façade cleaning
- Monument cleaning and maintenance
- Restaurant degreasing
- Chair, sofa, carpet, car and upholstery cleaning

Há mais de 20 anos no mercado, Setelima presta serviços de limpeza e de segurança privada. Actualmente, conta com mais de 300 funcionários nas ilhas de Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava e Fogo. Na Boa Vista, presta serviços no aeroporto internacional Aristides Pereira e serviços de segurança em resorts.

For more than 20 years in the market, Setelima provides cleaning and private security services. Currently, it has more than 300 employees on the islands of Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava and Fogo. In Boa Vista, it provides services at the international airport Aristides Pereira and security services in resorts.

Etc.



Educação: um ano de pandemia da Covid-19

“Um novo aprender para ensinar”

SOCIEDADE



Educação

Covid-19 exigiu “um novo aprender para ensinar”

O primeiro caso de covid-19 foi diagnosticado, no país, a 19 de Março de 2020. Na altura, as escolas já tinham sido encerradas e toda a comunidade educativa já se encontrava em casa para as férias de Páscoa mais cedo.

“Foi para nós um momento de tristeza e de separação. Achávamos que seria por alguns dias e que iniciariamos o trimestre como de costume”, lembra o director do Liceu Amílcar Cabral (LAC), Manuel do Rosário Tavares.

Apesar das incertezas, os planos traçados na altura previam que os alunos e professores deveriam ficar de férias por um período de 30 dias. Por fim, com a evolução da pandemia, acabaram por permanecer em casa por

mais de seis meses. Como não podia deixar de ser, os resultados escolares ressentiram-se bastante.

“A situação foi complicando e ficamos sem terminar o ano lectivo. Foi um momento de muito espanto tendo em conta que, pela primeira vez na história da educação em Cabo Verde, um ano lectivo terminou sem o terceiro trimestre”, prossegue Manuel do

A covid-19 veio reinventar o ensino em Cabo Verde e, conseqüentemente, mostrar o quanto o país precisa fazer para que possa ter um verdadeiro ensino virtual. Neste balanço de um ano de pandemia, gestores e professores descrevem a experiência que foi administrar as escolas e adaptá-las ao novo paradigma imposto pelo mais mortífero vírus do nosso tempo.

Romice Monteiro

Rosário, realçando ao A NAÇÃO que “no ano lectivo 2019/20, a retoma quase que não aconteceu”, com tudo o que isso possa significar para o aproveitamento dos alunos.

Ensino à distância

Durante o período em que os alunos estiveram em casa, o Governo optou pelo chamado ensi-

no à distância com o programa “Aprender e Estudar em Casa”, na Internet, Rádio e Televisão Pública (RCV e TCV).

Com prós e contras e resistências pelo meio, nomeadamente dos sindicatos, o programa envolveu professores, pais e encarregados da educação e sindicatos que, relutantes e desconfiados, questionaram as condições deste modelo de ensino.

“A princípio, as aulas à distância funcionaram normalmente. O Ministério da Educação (Mde) disponibilizava megas e saldos aos professores para permanecerem em contacto com os alunos. Depois, isso começou a esfriar e os professores passaram a fazer cópias e fichas de trabalho que entregavam aos alunos pontualmente”, conta Manuel do Rosário, para quem as dificuldades não impediram o contacto entre os professores e os alunos.

“Tivemos alunos em zonas de sombra onde a internet não chega e aqueles que moram em zonas sem a energia elétrica. Tivemos também famílias vulneráveis sem condições financeiras para acederem à internet. Foram tempos difíceis que estavam aos

Casos de covid-19 nas escolas e mudança do titular da pasta de Educação

Mais de 12 escolas afectadas num mês

Após a abertura do ano lectivo em Outubro último, várias escolas registaram casos positivos de covid-19.

Um mês depois, pelo menos sete escolas do país, incluindo o Liceu Amílcar Cabral (LAC), tinham sido encerradas no âmbito das medidas “excepcionais” do Governo segundo as quais quando numa sala de aula aparecem dois casos de covid-19 confirmados, a mesma deve ser encerrada por 10 dias”.

No entanto, naquela altura, mais de 12 escolas já tinham registos de casos positivos da doença.

Sai Maritza Rosabal e entra Amadeu Cruz

A 4 de Dezembro, Maritza Rosabal pediu demissão do cargo de ministra de Educação Família e Solidariedade Social. Na sua declaração ao país, no mesmo dia, o Chefe do Governo, Ulisses Correia e Silva, disse que o pedido era por “motivos pessoais”.

Porém, circulou na imprensa que a então

Ministra da Educação estava a enfrentar fortes pressões políticas, num ano particularmente difícil devido à covid-19, mas também devido a muitos dossiers pendentes, entre eles, a velha questão dos manuais escolares e pendências ligadas à classe docente. O indicado para seguir com a pasta da Educação foi Amadeu Cruz, até então secretário de Estado dessa mesma pasta.

Amadeu Cruz - “Escolas estão a funcionar dentro de normalidade”

O ministro da Educação, Amadeu Cruz tem realizado visitas às escolas do país para inteirar-se do projecto educativo e do funcionamento das mesmas no contexto da pandemia da covid-19”.

Em São Salvador do Mundo, o governante garantiu, estes dias à Inforpress, que as escolas deste município assim como as dos outros municípios estão a funcionar “dentro da normalidade”, não obstante as medidas adoptadas para o combate da covid-19.

RM



Manuel do Rosário



Maritza Rosabal



Amadeu Cruz

olhos de todos e que tentávamos resolver”, explica.

Retoma das aulas presenciais

O regresso às escolas entre Outubro e Novembro ficou marcado pelas novas estratégias e novos hábitos de higiene que passaram a vigorar para os 132 mil alunos e milhares de professores de mais um novo ano lectivo.

Apesar das medidas implementadas pelo Governo, por meio das dúvidas e preocupações, muitos pais e encarregados de educação preferiram deixar os filhos em casa, numa altura em que o país registava um total acumulado de cerca de 8 mil casos positivos da covid-19.

As medidas básicas eram as mesmas para todas as ilhas e concelhos. Em Santa Catarina, Manuel do Rosário que, além do LAC, responde por mais 11 escolas do seu agrupamento, diz que a retoma foi de muita “ginástica”.

“Seguimos as recomendações, dividimos praticamente todas as turmas (cerca de 30 alunos cada) em dois e as aulas foram alternadas. Fizemos uma boa gestão do espaço que nos permitiu aulas sem sobressaltos”, explica.

Por outro lado, o nosso entrevistado afirma que foram criadas todas as condições para novas regras sanitárias.

“Só no LAC, foram instalados quatro depósitos de água com cerca de seis torneiras para lavagem constante das mãos. Dispo-

nibilizámos álcool-gel no portão para todos que pretendiam entrar. Relativamente ao distanciamento social, conseguimos o recomendado. Os alunos tiveram menos intervalos e parávamos apenas para a troca de professores”, sublinha.

Em termos de conteúdo, Rosário recorda também que, início do ano lectivo, “ficou combinado que os alunos do 12º ano teriam aulas normais tendo em conta que são pré-universitários. Às outras classes, os professores deveriam seleccionar os conteúdos essenciais”.

Desleixo

O director do LAC diz ter recebido algumas preocupações re-

lacionadas com o índice de aproveitamento dos alunos e a prevenção à covid19.

“Recentemente, os coordenadores de turmas, apontaram, numa reunião, algumas dificuldades, nomeadamente o facto de os alunos passarem a estudar menos. Eles não têm aproveitado os dias em casa para estudarem”, alerta Manuel do Rosário, lamentando que os alunos vêm revelando algum “comodismo”, situação que também num certo desleixo no cumprimento dos cuidados a ter na prevenção da covid-19.

“Tenho estado sempre a chamar atenção, sobretudo no que diz respeito ao uso de máscaras aqui na escola. As pessoas estão a desleixar-se a cada dia. Sabemos que é difícil permanecer com

máscaras durante muito tempo, mas é a nova realidade e temos que nos acostumar”, reforça.

Lições

Entre alunos, professores e funcionários, o LAC registou 21 casos positivos de covid-19, sendo que o primeiro surgiu em Julho do ano passado. No entanto, Manuel do Rosário admite, que, apesar das dificuldades que a LAC teve que enfrentar, esta pandemia foi também um aprendizado.

“Ela ensinou-nos a ser mais humildes uns com os outros e, sobretudo, a não deixarmos para amanhã o que podemos fazer hoje. Vamos respeitar as regras, hoje, para estarmos livres amanhã”, termina.

SOCIEDADE

Directora Nacional da Educação, Eleonora Monteiro

“O maior desafio foi planificar na incerteza”



Para a directora nacional da Educação, Eleonora Monteiro, o balanço do primeiro ano de covid-19 no sector do ensino é positivo.

“Foi uma prova de fogo para o sector da educação, mas conseguimos responder à altura dos desafios. De uma maneira geral, temos recebido da sociedade um feedback muito positivo às respostas dadas pelo Ministério da Educação no contexto da pandemia”, explica ao A NAÇÃO.

Incertezas e desafios

De entre os constrangimentos deste período de pandemia Eleonora Monteiro sublinha que o desafio mais complicado foi o de ter que “reprogramar as orientações e todas as respostas do processo de ensino e aprendizagem num ambiente de incerteza”.

“Estávamos a funcionar normalmente, já estávamos no final do segundo trimestre, o que nos permitiu avaliar os alunos com

os dois trimestres e, ao mesmo tempo, tentar identificar as melhores respostas para manter os nossos alunos em contacto com os conteúdos, com a escola e com os professores”.

Segundo esta responsável, não obstante as dificuldades, a tutela da educação conseguiu o apoio de diferentes parceiros e, seguindo exemplos internacionais, conseguiu organizar as respostas que se impunham.

Capacidade de resposta

“Foi um trabalho árduo mas conseguimos arranjar soluções. Num mês, já tínhamos as teleaulas a funcionar e identificado as zonas de sombra para outras respostas com a preocupação maior de não deixar nenhum aluno para trás”.

Eleonora Monteiro garante que o sector teve a capacidade de adoptar soluções à medida que as dificuldades iam surgiam.

“Tivemos que recorrer à distribuição de fichas, às rádio-

-aulas e à utilização de todos os meios que tínhamos à nossa disposição para responder de uma forma efectiva e eficiente aos nossos alunos. Inicialmente, tivemos opiniões divergentes já que uns achavam que deveríamos avançar, outros não.

Diante disso, foi preciso arriscar e dar uma resposta, já que a escola não representa apenas uma resposta em termos de cumprimento de conteúdos académicos programados, mas também respostas a nível social, da saúde e a nível socioemocional dos alunos”, salienta.

Neste sentido, a nossa entrevistada também destacou o importante papel desempenhado pelos docentes.

“O papel dos professores foi fundamental. Esta pandemia veio reforçar a importância dos professores e das escolas e, sobretudo, o papel dos professores na sociedade”, diz, sublinhando igualmente os esforços dos pais e encarregados de educação que acompanharam os alunos em casa.

“Ensino à distância é para continuar”

A directora nacional de Educação, fez questão de realçar que ficou claro que, no processo educativo, nada substitui as aulas presenciais que, entretanto, devem e podem ser complementadas com o ensino à distância.

“Antes da pandemia já tínhamos iniciado uma sensibilização no sentido de os professores aderirem ao processo de formação visando a utilização de recursos digitais.

Tínhamos uma plataforma e, como se sabe, sempre que há uma novidade, há também uma certa resistência”, diz, acrescentando que, entre outros aspectos positivos, esta pandemia “fez os professores reconhecerem que o ensino à distância é uma ferramenta fundamental”.

Por isso, esta responsável fez saber que, independentemente do que possa vir a acontecer, o ensino à distância é para continuar como complemento das aulas presenciais.

“Nós vamos apostar nessa técnica porque é um complemento do ensino presencial que não pode ser substituído, já que ela para além do conteúdo, nos permite trabalhar a cidadania dos nossos alunos e todo o resto.

Mesmo depois da normalidade, o ensino à distância deve ser uma ferramenta e os professores têm de se adaptar. Vamos criar as condições para tal. O grande desafio será levar a internet a todas as escolas e comunidades e disponibilizar meios eletrónicos e informáticos”, explica.

De entre as perdas e ganhos, Eleanor Monteiro considera que a pandemia instalou uma nova realidade no sector da educação.

“Aprendemos que a educação não vai ser o que era. Os desafios continuam e temos que adequar as nossas estratégias e metodologias a nível da educação. As perdas na educação são as mesmas da sociedade em geral, onde fomos privados da convivência normal nas escolas”.

Felisberto Monteiro, professor

“Foi difícil mas já conseguimos lidar com tudo isto”

Uma das aprendizagens que a covid-19 trouxe para a comunidade educativa é, sem dúvida, a necessidade de massificar as novas tecnologias no ensino, por forma a tornar os alunos mais independentes, levando-os a adquirir conhecimento de modo autónomo.

Esta premissa é compartilhada pelo professor Felisberto Monteiro que lecciona a disciplina de Língua Portuguesa no Liceu Manuel Lopes, na cidade da Praia.



Pouco interesse para aulas à distância

Em entrevista ao A NAÇÃO, o docente avançou que os alunos têm mostrado menos interesse sobretudo nas aulas à distância.

“Não vejo nenhum benefício das aulas à distância para os meus alunos porque, simplesmente, não acompanham, apresentando diversos motivos, desde a falta de televisor em casa, ambiente apropriado, falta de energia e, principalmente, pouco interesse”, explica Felisberto Monteiro.

Uso de máscara

De entre as dificuldades enfrentadas pela classe docente ao longo deste período, o nosso entrevistado diz que os principais constrangimentos têm a ver com o uso de máscara durante todo o dia.

“Temos que falar muito e chega a ser cansativo dar aulas com máscara”.

Por outro lado, aponta a necessidade de estarem mais próximos dos alunos, corrigir os seus trabalhos, verificar os seus cadernos, “e devido à situação de pandemia, não pode-

mos fazer isso”.

Felisberto Monteiro diz que as estratégias de divisão de turmas, entre outras, funcionaram na sua escola e que todas as condições foram criadas para um ano lectivo mais próximo do normal possível. No entanto, conforme frisou, tudo isso não impediu que houvesse medos e preocupações.

Retorno às aulas

“O retorno às aulas foi um pouco difícil, num clima de medo porque ninguém sabia

como agir naquele momento em que os casos não paravam de aumentar.

Também tínhamos que reencontrar alunos provenientes dos mais diversos bairros e localidades onde muitas pessoas não estavam a tomar todos os cuidados”, explica.

Por agora, Monteiro diz que já consegue lidar melhor com a situação. Porém, “o único problema tem sido a redução do número de aulas semanais para os alunos o que está a dificultar o cumprimento dos conteúdos programados”, ao que se

acrescenta “o desinteresse dos alunos relativamente às aulas à distância”.

Aos olhos deste professor, no liceu Manuel Lopes também tem havido uma baixa no cumprimento das regras sanitárias.

“Talvez porque as pessoas já se acostumaram a conviver com o vírus, mas também porque os jovens e adolescentes sabem que eles têm menos riscos de um agravamento no caso de ficarem infectados. Por isso, não querem usar máscaras e já estão a fazer ajuntamento nos intervalos”, lamenta.

PUB



Navegue sem intermediários

www.anacao.cv



SOCIEDADE

Para descobrir belezas “escondidas” da Ilha do Fogo

Jovem emigrante investe na música, produção de eventos e no turismo de aventura e descoberta



DIÁSPORA

Paulo Brandão é o seu nome de registo e de baptismo, mas é conhecido na “Ilha do Vulcão” e na Diáspora por “DJ2”. Emigrou para os Estados Unidos da América (EUA) ainda adolescente, mais concretamente, aos 13 anos, regressou sete anos depois e começou a investir, primeiro, na área de discotecas como DJ, e, depois, no turismo de “descoberta das mil e uma maravilhas escondidas” do Fogo.

A NAÇÃO

Paulo Brandão, aliás, “DJ2”, depois da “marcante e inesquecível experiência” nos EUA, regressa com “mais conhecimento, garra, atitude, entrega e determinação”, para investir na montagem de som, iluminação e, mais tarde, na composição de palcos para espectáculos e similares.

Com a pandemia global da Covid-19 e o confinamento, este jovem empreendedor “alargou” os seus investimentos para o turismo, através do aluguer de veículos de quatro rodas, para “aventuras e descobertas das belezas naturais e das mil e uma maravilhas da inigualável e im-

batível” ilha do Fogo.

Por outro lado, ao constatar que Fogo já dispunha do serviço de som, mas que faltava o de iluminação e palco, que tinham de chegar de Santiago, com custos adicionais, Brandão resolve investir nesta área, de olho na Região Fogo/Brava. Por isso mesmo, cria a empresa de produção de eventos e aluguer de materiais de som e iluminação, baptizado de “Fogo Entertainment” (“Sound e Light”).

Mercado promissor

O mercado existe. E é “alimentado” pelas muitas festas

de romarias, celebração dos dias dos municípios, actividades programadas pelos quatro municípios – três do Fogo e um da vizinha Ilha Brava -, a par das realizações de privados, empresas e departamentos governamentais, “às vezes!”, que utilizam os materiais para promoverem acções diversas.

Nos anos eleitorais (Autárquicos, Legislativos e Presidenciais) a empresa é solicitada para prestação de serviços de som e iluminação, e, “às vezes!”, de palco, “sustida numa experiência de 16 anos”.

Há já mais de um ano, que “Fogo Entertainment” (“Sound



Para mais detalhes...

Quem estiver interessado em melhor conhecer e participar nesta “aventura de descobrir as belezas do litoral” fogueense, pode contactar Paulo Brandão, aliás, “DJ2”, através do telefone: 950.38.88; e\ ou do email: fogointertainment@live.com.

e Light”) está, “praticamente parada, devido à pandemia de Covid-19”.

“Apesar das muitas promessas e do anúncio de boas intenções, de que o Inferno está a abarrotar, infelizmente, ainda não tivemos quaisquer benefícios para fazermos face à situação, que, reconhecemos, afecta a (quase) toda a vivalma desta nossa Aldeia Global”, lamenta Brandão.

Turismo de aventura e descoberta

A pandemia de Covid-19 não trouxe só problemas e lamentos. Serviu, também, “felizmente”, para “a procura, descoberta e executar” alternativas.

É assim que, durante o período de confinamento no Estado de Emergência, “DJ2” juntou, convidou e incentivou os amigos a promoverem algumas actividades, utilizando as motos de quatro rodas, “para redescobrirem as mil e uma maravilhas e as milhentas belezas escondidas” do Fogo.

Da acção aos actos, levou um grupo de amigos à Costa Norte da Estância Balnear de Salinas (em São Jorge).

Grande impacto

“A divulgação das imagens nas redes sociais, teve um impacto e um efeito viral, com reacções de muitas pessoas, inclusive dos residentes, que manifes-

taram interesses e disposição em conhecer a Costa de Salinas, desde a praia de Galé até junto à Atalaia, com quilómetros de dunas de areia negra”, explica o entrevistado do A NAÇÃO.

Brandão começou, então, a “organizar excursões periódicas e regulares”, o que lhe obrigou a investir na aquisição de mais motos de quatro rodas, viaturas todo-o-terreno, motos-de-mar para “jet-ski”, entre outras.

“Fiz tudo isso, de modo a poder satisfazer a demanda, dando assim oportunidades para que as pessoas conheçam a própria Ilha, mostrando paisagens e belezas naturais desconhecidas, além do Vulcão”, justifica Brandão, realçando que muitas pessoas já “embarcaram connosco nesta marcante e inesquecível aventura, incluindo algumas entidades e responsáveis de instituições ligadas ao turismo”.

Potencial turístico da Costa Norte

Brandão releva que a ilha do Fogo dispõe “de potencial turístico”, mas que “é preciso que as autoridades façam o mapeamento e a sinalização do espaço”, nomeadamente, o litoral de Santa Catarina do Fogo, desde Bombardeiro até Alcatraz.

“O acesso é razoável para veículos todo-o-terreno. No entanto, há um troço de menos de um quilómetro que precisa, urgentemente, de uma intervenção de uma máquina pesada para

tornar o caminho mais seguro e adequado para um turismo rural de qualidade. Trata-se de uma área com dunas de areia negra procuradas e apreciadas no Mundo inteiro”.

As dunas estão ladeadas por mar e rochas, que podem ser usadas para outras actividades”, avança Brandão, revelando que, “no percurso, encontram-se criadores a ordenhar vacas, pessoas na colheita de feijões (principalmente, “bongolon”) no período de as-águas, pescadores na faina da pesca, entre variados outros afazeres desconhecidos noutras paragens”.

Aquisição de novos equipamentos

Actualmente, a “Fogo Entertainment” (“Sound e Light”) dispõe de uma frota de oito motos de quatro rodas -automáticos e com mudanças -, para as pessoas que gostam de fazer “rallies”, e três motos com volantes.

“Para meados de Junho, veremos a chegada de motos-de-mar e outras de quatro rodas, de modo a respondermos à procura que, graças a Deus, tem aumentado, sobretudo, de emigrantes nos Estados Unidos da América”, anuncia Paulo Brandão.

Presentemente, há muitos pedidos de são-filipenses, mas, a empresa depara-se com algumas dificuldades, designadamente, de ordem natural, como sejam a ocorrência de vento e mar agitado, com muita areia

em suspensão, tornando desconfortável o percurso.

“Por isso, alguns pedidos são declinados ou programados para final de Março, já que, dessa data a Dezembro, o tempo vai permitir a realização destas actividades”, justifica o interlocutor do Jornal A NAÇÃO.

Litoral de Santa Catarina e Fonte Bila

Além da Costa Norte, o jovem empreendedor fogueense vê outras possibilidades a serem exploradas, como o litoral de Santa Catarina, desde Bombardeiro até Alcatraz, passando por Fajã, mas, também, “as potencialidades” de Fonte Bila – vizinha à Cidade de São Filipe, a Capital do Município com o mesmo nome.

Presentemente, a empresa de Paulo Brandão dá emprego fixo, “permanente”, a dez pessoas.

“Indirectamente, depende dos eventos que realizamos. Já houve situações em que tivemos mais de 70 colaboradores, nomeadamente em acções de grande dimensão”, revela Brandão, garantindo que, com a aquisição de novos equipamentos em Junho, a empresa criará mais postos de trabalho permanentes e sazonais.

Curiosidades

Paulo Brandão está surpreendido com os pedidos de pessoas que querem fazer o percurso, ob-

servando que “é uma actividade que pode ser feita por grupo familiar - sem limite de idade!

“Já agora, cá vai uma revelação: a pessoa mais idosa que já fez o percurso connosco é um indivíduo de 72 anos, a conduzir com toda a classe, vigor e entusiasmo, uma moto de quatro rodas”, remarca Brandão, todo orgulhoso.

As actividades de “Fogo Entertainment” (“Sound e Light”) são divulgadas nas redes sociais, quais sejam: “Facebook”, “Instagram”, “YouTube”, entre outras plataformas.

“A par disso, também, já produzimos produtos publicitários como camisolas, bandeiras, bonés, canetas, entre diversos outros brindes”, salienta o empresário Brandão, um jovem fogueense que “está a driblar a Covid-19, com criatividade, inovação, atitude e garra, sem lamentos nem cruzar de braços, à espera que o milagre caia do Céu”.

É um empreendedor realizado? – pergunta o Jornal A NAÇÃO.

“Pelo sucesso que estamos a ter, quer na área da produção de eventos e, agora, no sector do turismo, não estou arrependido dos investimentos feitos. Aliás, já penso na introdução de novas tecnologias para a projecção, sobretudo de publicidade, espectáculos e, também, para as diversas campanhas levadas a cabo, sejam elas, eleitorais ou de outras índoles”, responde ao A NAÇÃO, a modos de remate. ☺

**Ministério da Justiça e Trabalho**

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

DIRECÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO
 Nome do serviço: Conservatória/Cartório de São Lourenço dos Órgãos
 Endereço/Morada: João Teves
 Telefone/fax/email: 271 10 41 - email - Felismino.benchimol@rmi.gov.cv

**EXTRATO**

CERTIFICO, para efeito da **Segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia oito de março de dois mil e vinte e um, no Cartório Notarial, sito na Cidade de João Teves, perante mim, Oficial Ajudante **Felismino Monteiro Benchimol**, Conservador Notário no Cartório Notarial de São Lourenço dos Órgãos, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 7/A, a folhas 23, a seguinte habilitação:

Que no dia **vinte e três** de **Fevereiro** do ano **dois mil e vinte e um**, faleceu no Hospital Regional Santiago Norte, sem testamento ou disposição de última vontade a **Sra. ALICE DIAS SEMEDO**, no estado de solteira, maior, natural que foi da freguesia de Santa Catarina de Santiago e com última residência em Assomada.

Que lhe sucedeu como seus herdeiros, os filhos legitimários:

a) ISABEL MARIA DIAS SEMEDO ALVARENGA, no estado de casada, natural da freguesia de Santa Catarina de Santiago, residente em França; **b) LUIZ TOMAZ**

DIAS SEMEDO, no estado de solteiro, maior, natural da freguesia de Santa Catarina de Santiago, residente em Luxemburgo; **c) JOÃO JOSÉ SEMEDO VIEIRA**, no estado de solteiro, maior, natural da freguesia de Santa Catarina de Santiago, residente em Luxemburgo.

Que não há outras pessoas que segundo a lei prefiram os mesmos herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão.

ESTÁ CONFORME

Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de São Lourenço dos Órgãos nove de março de dois mil e vinte e um.

CONTA:

Artº.20.4.2..... 1.000\$00
 Imposto de Selo..... 200\$00
 Total 1.200\$00
 (Importa em mil e duzentos escudos)
 Reg. sob o nº 70 /2021

O Notário, P/S
 /Felismino Monteiro Benchimol /

-Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação,
 Ministério da Justiça e Trabalho, CP 286/A, Rua Cidade do Funchal, Achada Santo António, Praia, Cabo Verde

**Ministério da Justiça e Trabalho**

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

EXTRATO

Certifico, narrativamente, para efeito de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº 45/2014 e 20 de Agosto, que de fls. 59 vº a fls. 60 vº do livro de notas para escrituras diversas número 47-B desta Conservatória/Cartório de encontra exarada uma escritura de JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL, com a data de dez de Março de dois mil e vinte e um, na qual o **Sr. JOSÉ ANTÓNIO LOPES FERNANDES DE PINA**, com o NIF 129992615, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, residente em Ás Hortas, se declara com exclusão de outrem, dono e legítimo possuidor de um prédio coberto de betão armado, tendo rés-do-chã com: Uma sala, dois quartos, uma cozinha, uma casa de banho, uma garagem, uma caixa de escada, um corredor, um quintal e uma varanda, situado em Ás Hortas, com área de duzentos e quarenta e nove virgula quatro metros quadrados, confrontando do Norte, sul e este com terreno e oeste com via pública, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de São Lourenço sob o número 3418/0, com o valor matricial de quatro milhões, noventa e seis mil e seiscentos e sessenta e oito escudos, omissos no registo predial.

Que adquiriu o referido prédio por o ter construído de raiz, com recurso a seu mate-

rial e dinheiro, num terreno com a área de duzentos e quarenta e nove virgula quatro metros quadrados, lhe doado pelo pai Manuel Fernandes Pina, anterior possuidor do mesmo há mais de vinte anos, sem que pudesse dispor do título bastante para efeitos de registo predial.

Que, não obstante, está na posse e fruição do imóvel e o vem exercendo sucessivamente e em nome próprio, de forma pacífica, de boa fé e ostensivamente com conhecimento de toda a gente e aonde vem atuando como verdadeiro proprietário e sem oposição de outrem, pelo que julga ter adquirido nas circunstâncias descritas o direito de propriedade sobre o referido imóvel, o que ora invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

Está conforme o original.

São Filipe e Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de São Filipe, aos quinze de Março de dois mil e vinte e um.

O Conservador/Notário,
 /Paulo Jorge Barbosa Correia de Pina

Conta: Reg. Sob o nº 55/03
 Artigo 20º. 4.21.000\$00
 Selo do acto200\$00
 Soma:.....1.200\$00 –
 São: Mil e duzentos escudos.

**Ministério da Justiça e Trabalho**

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

EXTRACTO

Certifico, narrativamente, para efeitos de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº 45/2014 e 20 de Agosto, que de fls. 53 vº a fls. 54 vº do livro de notas para escrituras diversas número 47-B desta Conservatória/Cartório se encontra exarada uma escritura de JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL, com a data de nove de Março de dois mil e vinte, na qual o **Sr. ANTONIO OLIVEIRA ALVES GOMES**, com NIF103839992, casado com Daniela Vicente Lopes de Pina, no regime de comunhão geral de bens, natural da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, concelho dos Mosteiros, residente em Cidade de São Filipe, se declara conjuntamente com a mulher e com exclusão de outrem, donos e legítimos possuidores de um prédio urbano, coberto de betão, com uma cisterna e outra divisórias não aparentes, situado em Monte Preto, ocupando uma área de cento e quarenta e dois virgula vinte e nove metros quadrados, confrontando ao norte, Sul, Este, e Oeste com Baldio, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de São Lourenço sob o número 1056/0, com o valor matricial de três milhões, cento e dois mil escudos, omissos no registo predial.

Que o referido prédio foi por eles construído de raiz, com recurso a seu material e

dinheiro, num terreno lhes doado de forma verbal pelo pai do justificante, Manuel Alves Gomes, anterior possuidor do mesmo há mais de cinquenta anos, sem que pudesse dispor de título bastante para efeitos de registo predial.

Que estão na posse e fruição do imóvel e o vem exercendo sucessivamente e em nome próprio, de forma pacífica, de boa fé e ostensivamente com conhecimento de toda a gente e aonde vem atuando como verdadeiros proprietários e sem oposição de outrem, pelo que julgam ter adquirido nas circunstâncias descritas o direito de propriedade sobre o referido imóvel, o que ora invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

Está conforme o original.

São Filipe e Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de São Filipe, aos quinze de Março de dois mil e vinte e um.

O Conservador/Notário,
 /Paulo Jorge Barbosa Correia de Pina

Conta: Reg. Sob o nº 53/03
 Artigo 20º. 4.2 1.000\$00
 Selo do acto 200\$00
 Soma:.....1.200\$00 - São: Mil e duzentos escudos.

**Ministério da Justiça e Trabalho**

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

DIRECÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO
 2º CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE 1ª CLASSE DA PRAIA
 ACHADA SANTO ANTÓNIO - CP 404-A - PRAIA
 Tel.2626205 / 2626209

Notária: Ana Teresa Ortet Lopes Afonso

EXTRATO

CERTIFICO, para efeito de **primeira** publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia vinte e dois de Março de dois mil e vinte e um, no Segundo Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, perante a Notária, **Dra. Ana Teresa Ortet Lopes Afonso**, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número **duzentos e cinquenta e um /A**, de folha **sete a oito**, uma escritura de habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

Que no dia **dezasseis de Novembro de dois mil e vinte**, na Freguesia de Nossa Senhora da Graça, Concelho da Praia, faleceu **MARIA JOSÉ TAVARES ORTET BAESSA**, no estado de casada com João Baessa Afonso, no regime de Comunhão de Adquiridos, natural que foi da Freguesia de São Lourenço dos Órgãos, Concelho de Santa Cruz, com última residência habitual em Palmarejo, Praia.

Que a falecida não deixou testamento ou qualquer disposição de última vontade, tendo lhe sucedido como seus únicos herdeiros, os filhos:

a) HELDER JOÃO ORTET BAESSA, casado com Libânia Inês Barros Frederico Baessa, no regime de Comunhão de Adquiridos, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Graça, Concelho da Praia, residente em Portugal;

b) EDSON ODAIR ORTET BAESSA, solteiro, maior, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Graça, Concelho da Praia, residente em Palmarejo, Praia;

c) EDMIR JOSÉ ORTET BAESSA, solteiro, maior, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Graça, Concelho da Praia, residente em Vila Nova, Praia;

d) HÉLIO JÚNIOR ORTET BAESSA, solteiro, maior, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Graça, Concelho da Praia, residente em Portugal;

Mais se informa que, nos termos do número cinco do artigo 86- A e do artigo 87 do Código de Notariado, podem os interessados, querendo impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação.

ESTÁ CONFORME

Segundo Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, no dia vinte e três de Março de dois mil e vinte e um.

A Notária
 Ana Teresa Ortet Lopes Afonso
 PRAIA

CONTA:
 Artº.20.4.2.....1.000\$00
 Imposto de Selo..... 200\$00
 Total1.200\$00 (Importa em mil e duzentos escudos)
 Reg. sob o nº 719/2021.

Desenhos da Roh ganham espaço no mercado mindelense

Desenhos da Roh é um projecto de Jandira Rocha, natural de Santo Antão, que dá vida às capas de cadernos com ilustrações próprias e personalizadas. Esta jovem, que cresceu em São Vicente e reside na zona de Chã de Marinha, garante que, apesar de recente, o negócio já conta com muita demanda.

Suíla Rodrigues

A ideia de divulgar os seus desenhos e tiras de banda desenhada nas redes sociais surgiu há cinco anos, mas foi há sensivelmente um ano que Jandira Rocha começou a finalizar os seus trabalhos como ilustrações digitais.

Os cadernos, a base do seu negócio, têm desenhos próprios, tipo cartoons, e são todos feitos à mão, visto que a mesma ainda não possui equipamentos apropriados que possam facilitar o processo. Por este motivo, o número de encomendas que recebe tem de ser reduzido.

Os preços dos produtos variam de acordo com o tipo de folha, pautadas ou lisas, o tamanho ou outras preferências do cliente. Em alguns casos, há pedidos de capas personalizadas sugeridas pelo comprador.

Grande demanda

Embora o seu trabalho seja recente e realizado com poucos recursos materiais, Jandira Rocha conta que a demanda do público tem sido extraordinária e que é gratificante ver o seu trabalho valorizado.

“Sinceramente tenho tido mais adesão do que pensei que teria. Tenho muitas ideias e muitos sonhos para este projecto e espero que se concretizem em breve. Acho que a arte é uma área muito linda, que precisa ser valorizada e espero que as pessoas gostem, porque é muito bom receber o feedback das pes-

soas”, pontua.

Para o futuro, a jovem pretende criar uma linha de materiais de papelaria, como cadernos, blocos de nota, planners/agendas, adesivos, entre outros, com ilustrações próprias e também fazer desenhos por encomenda.

A artista

Jandira Rocha, de 25 anos, começou a desenhar no ensino secundário. Apaixonada por tudo que esteja ligado à arte, a jovem seguiu o caminho da arquitectura onde já conta com licenciatura e mestrado.

Confessa ao NAÇÃO que teve dúvidas e reticências em relação aos passos seguintes, mas que aos poucos foi-se encontrando.

“O que mais gosto é de desenhar, foi um interesse que foi surgindo aos poucos e por muito tempo não sabia se era isso mesmo que eu queria fazer, depois interessei-me pela arquitectura e gosto muito. Por isso, fiz o curso, mas a minha paixão é pela ilustração, mas só tive certeza disso há pouco tempo”, confessa.

Todos os trabalhos desta artista podem ser acompanhados no Facebook “Desenhos da Roh” e no Instagram “roh_rocha2020”.

Jandira Rocha almeja, futuramente, conseguir trabalhar com o que gosta, pois acredita e segue o preceito “trabalhe com o que você ama e nunca mais precisará trabalhar na vida”. ☺





Marciano Moreira

Pamodi ki linguas sima di-nos ta txomadu kriolus?

Ensaio

Oji, N ta ben risponde es purgunta: Pamodi ki linguas sima di-nos ta txomadu kriolus?

“kriolu” ta ben di purtuges “crioulo”. Pa se bes, “crioulo” ta ben di latin “criare”. Substantivu di “criare” e “cria”. Es palavra purtuges ten un rializason igual na nos lingua – “kria”. I es palavra ten mesmu significadu ker na lingua purtuges ker na lingua kabuverdianu – ribentus, fidjus. Pa izenplu, N pode fla: Nhas kria dja sta grandi.

Sigundu alguns studiozu, diminutivu di “kria” ta da “kriolu”. Purtantu, “kriolu” e kria pikinoti, istu e, bebe. I sigundu un amigu dimeu, ten rijjons la Portugal undi ti inda ta uzadu es palavra (crioulo) ku significadu di kria pikinoti.

Ten un otu tioria sobri orijen di “kriolu”. Es otu tioria ta difende ma “kriolu” ben sin di latin “criare”, mas ma “criare” inisialmenti entra komu substantivu na purtuges ku rializason di “criadouro”, ki significa lugar

undi ta guardadu krias – kural. Pa izenplu, kural di kabritus. Ma, atraves di sekulus, ku susesivus supreson di sons, di “criadouro” surji “crioulo” na purtuges, ki ben da “kriolu” na kabuverdianu.

Mas, ku Diskubrimetus, es palavra “kriolu” kumesa ta ganha novu significadu na kolonias. Pa izenplu, na América Latinu, “kriolu” pasa ta significa, inisialmenti, fidjus di Eurupeus ki nase e kria na América Latinu, pa distingui-s di kes Eurupeu ki nase i kria na Europa i bai dja grandi pa América Latinu. Mas tardi, es palavra “kriolu” pasa ta significa pesoas rizultanti di mistura di rasas, mestisus, nes kazu, fidjus di Brankus ku nativus di América Latinu.

Li na Kabu Verdi, na prinsipi, “kriolu” ganha significadu di fidjus di skravus ki nase i kria li na Kabu Verdi, pa distrinsa-s di kes skravu ki nase i kria na kontinenti afrikanu i ben dja grandi pa Kabu Verdi. Ku tenpu,

palavra “kriolu” tevi tanbe un ivuluson simantiku – el pasa ta significa Mestisus, istu e, fidjus di Brankus ku Pretus.

Ora, falar di Purtugezis ta txomadu purtuges, falar di Italianus ta txomadu italianu, falar di Fransezis ta txomadu frances. Purtantu, era natural di falar di Kriolus txomadu kriolu.

I di mesmu manera ki atualmente ta ntendedu normalmenti “Kriolu” komu povu rizultanti di mistura di rasas, tanbe “kriolu” komu lingua e rizultanti di mistura di linguas. Sima nu odja na un nha ensaiu anterior, “kriolu” ta ben di pidgin i pidgin e mistura di lingua di skravizador ku linguas di skravus.

Na kriolu kabuverdianu, percentajen di palavras di orijen di linguas di África e pikinoti. Provavelmenti inferior a 10%. I nomiadamenti trokadu di nos ignuransia en rilason a linguas afrikanu, nu ten tendensia di pensa ma es percentajen e mas pikinoti ki kel percentajen rial.

Pa izenplu, si bu purgunta un leigu:

- Kal ki e etimu di nos palavra “polon”?

El ta fla konvensidu:

- El ben di purtuges: poilão.

Mas, verdadi e kontrariu: poilão ba di kabuverdianu – polon.

Dja ku rilason a foru – un di kes kriolu Santumensi –, percentajen di palavras di orijen afrikanu e maior, provavelmenti superior a 20%. Nes kazu, ta fika mas klaru pa un leigu ma foru e rizultanti di mistura di linguas (nes kazu, purtuges ku linguas afrikanu, dizignadamenti di zona di Gana).

Konkluiu, linguas kriolu ten di kumun faktu di es ben di pidgin i faktu di ta prevalese gramatika inatu nes. Fora kes 2 aspetu la, kriolus e papiadu normalmenti pa povus kriolu, istu e, povus mestisu.

Marsianu nha Ida padri Nikulau Ferera

Divulgação



As taxas aqui retratadas são praticadas nas operações entre o BCV e as instituições de crédito. As taxas praticadas por estas últimas nas operações com os seus clientes estão liberalizadas, com exceção do câmbio com o Euro que é fixo.

Taxas de Juro

Data	Tipo	Taxa (%)
01/04/2020	Taxa Directora	0,2500
01/04/2020	Absorção de liquidez	0,0500
01/04/2020	Cedência de liquidez	0,5000
01/04/2020	Redesconto	1,0000
16/03/2021	Taxa Base Anual	1,0273
01/04/2020	Operação Monetária de Financiamento a longo prazo	0,7500

Títulos do BCV - Últimas Emissões

Data	Tipo	Taxa (%)
02/03/2021	Títulos de Intervenção Monetária (181 dias)	0,2500
05/03/2021	Títulos de Regularização Monetária (14 dias)	0,2500
08/03/2021	Operação Monetária de financiamento (1 Ano)	0,7500
10/03/2021	Títulos de Intervenção Monetária (180 dias)	0,2500
17/03/2021	Títulos de Intervenção Monetária (180 dias)	0,2500

Títulos da Dívida Pública - Últimas Emissões

Data	Tipo	Taxa (%)
25/02/2021	Obrigações do Tesouro 8 anos	3,0000
02/03/2021	Obrigações do Tesouro 2 anos	2,8750
05/03/2021	Bilhetes de Tesouro 90 dias	1,0000
09/03/2021	Obrigações do Tesouro 4 anos	2,8750
12/03/2021	Bilhetes de Tesouro 270 dias	1,0000
16/03/2021	Obrigações do Tesouro 5 anos	2,8750
19/03/2021	Obrigações do Tesouro 7 anos	3,0000

Taxas de Câmbio de 23-03-2021

	Moeda	Unid.	Compra	Venda
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	USD	1	92,357	92,559
INGLATERRA	GBP	1	127,717	128,020
CANADÁ	CAD	1	73,918	74,059
SUIÇA	CHF	100	9 996,787	10 009,563
JAPÃO	JPY	100	84,906	85,033
DINAMARCA	DKK	100	1 481,509	1 484,198
NORUEGA	NOK	100	1 086,156	1 088,846
SUÉCIA	SEK	100	1 084,071	1 086,928
ÁFRICA DO SUL	ZAR	1	6,176	6,378
CHINA	CNY	100	1 421,270	1 421,270
BRASIL	BRL	1	16,728	16,728
SENEGAL	XOF	100	16,810	16,810

Obs: Para mais informações, consulte WWW.BCV.CV

Prato cheio

Abobrinha frita e empanada (Receitas vegetariana)

Ingredientes

- 3 abobrinhas raspadas e cortadas em rodelas finas;
- ½ xícara de chá de farinha de trigo;
- 2 ovos (claras em neve);
- Sal e pimenta a gosto;
- 2 xícaras de chá de leite;
- Óleo para fritar.

Modo de preparação

- 1- Em primeiro lugar, coloque a farinha em uma vasilha e faça uma cova no centro e adicione o sal, pimenta, os ovos e bata bem.
- 2- De seguida acrescente o leite aos poucos até obter uma massa lisa, porém, espessa.
- 3- Depois deixe na geladeira por aproximadamente uma hora.
- 4- E por fim, misture delicadamente as claras em neve, mergulhe as fatias de abobrinha e frite em óleo quente.
- 5- Escorra sobre papel absorvente.



Caça-palavras



Encontra o nome de dez mulheres escritoras Caboverdianas:

SOLUÇÕES:

LEOPOLDINA BARRETO
FÁTIMA BETTENCOURT
DINA SALÚSTIO
ARCLIA BARRETO
LUIZA QUEIRÓS
VERA DUARTE
ORLANDA AMARILIS
YOLANDA MORAZZO
DUICE DUARTE
CELINA PEREIRA

Anedotas

Ladrão na Casa

O filho conta calmamente para a mãe:

- Mãe, hoje veio um ladrão aqui na nossa casa.

A mãe desesperada pergunta:

- Meu Deus! E o que ele levou?

O filho responde:

- Nada. Ele só veio pedir seu voto.

Joãozinho!

Na aula de biologia, o professor pergunta: - Joãozinho!

Quantos testículos nós temos? - Quatro professor - respon-

de o menino sem pestanejar. - Quatro? Você ficou doido? -

Bem... Pelo menos os meus dois eu garanto!

Talento

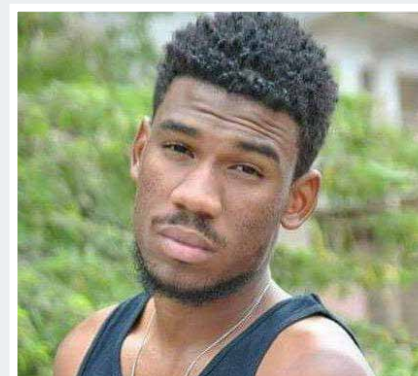
Ivanilson Vieira, 23 anos, natural da cidade da Praia, é um amante do rap e da poesia. Em conversa com o A NAÇÃO, conta que cresceu a ouvir esse género de música em casa. "Entre os 15 e 17 anos gravei as minhas primeiras músicas juntamente com vários amigos do bairro da Achada Grande Frente no grupo 'Cypher KA_TA_KUSTA_NADA'. Mais tarde passei a escrever versos e rimas e partilhar com os meus amigos através da rede so-

cial de facebook. Os meus amigos gostaram e muitos passaram a publicar na bibliografia das suas fotos".

Ivanilson avança que mais tarde criou a página instagram @letrali-vreofficial onde 'posta' frases motivadoras e de reflexão e amor sobre valores de vida e fé para aqueles que acreditam em Deus.

"Estou a trabalhar na produção de um Slam para postar na minha página no instaram. E também na

criação da marca letralivre, onde posso dar a estampa a cada uma das minhas frases, nomeadamente 'Ka ta Kusta Nada'. Quero transformar esse tema num movimento para chamar atenção das pessoas que realmente 'não custa nada' ser mais solidário uns com os outros e trabalhar para o bem social. Por exemplo, não custa nada higienizar as mãos e usar a máscara para evitar a propagação da covid-19".



AGENDA CULTURAL

Dia da Mulher Cabo-Verdiana 2ª Edição da gala “Oru Fêmea” celebra 40 anos da OMCV

O Auditório Nacional Jorge Barbosa, na Praia, acolhe neste sábado, 27, pelas 21h, a segunda edição da gala “Oru Fêmea - Kultura e Mudjer”, em celebração aos 40 anos da Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV). Cremilda Medina, Ineida Moniz, Beto Dias, Tcheca e Edzana Almeida são as vozes que vão animar a noite do Dia da Mulher Cabo-verdiana.

Segundo a presidente da OMCV, Idalina Gonçalves, a gala deste ano será apenas para assinalar a data, tendo em conta o novo contexto actual de pandemia da Covid-19.

“Será uma gala sem homenagens e somente para assinalar a data e celebrar o Dia das Mulheres. No entanto, para

além da música, vamos aproveitar o momento para destacar os grandes ganhos da OMCV e as linhas de orientação para o futuro da nossa organização”, avançou.

Apesar de não haver homenagens, os organizadores do evento preferiram destacar, no cartaz ilustrativo, três mulheres cabo-verdianas ligadas à Cultura: Cesária Évora, Bibinha Cabral e Nha Balila.

“São mulheres fortes, a quem fizemos referência pelas suas ligações à OMCV. Por exemplo, Nha Balila é uma pessoa receptiva e muito envolvida nas causas da nossa organização, pelo que achamos que merece ser destacada, assim como Cesária Évora e Bibinha Cabral”, explica Gonçalves.

Lotação a 40%

Devido ao contexto actual, a nossa entrevistada diz que a gala “Oru Fêmea” terá em conta todas as regras sanitárias impostas pelas autoridades, inclusive, a lotação no auditório será de 50 %.

De lembrar que o evento está marcado para às 21 horas deste sábado, 27, Dia da Mulher Cabo-verdiana, no Auditório Nacional, na Várzea. Os bilhetes para a entrada já estão à venda e custam 1000 escudos.

A primeira edição da gala “Oru Fêmea” aconteceu em Março de 2019, quando a OMCV completou os seus 38 anos de idade. Na altura participaram os artistas Élda Almeida, Princezito e Hélio Batalha. O ano passado, devido à pandemia, não se realizou.



Acontece

▶ - Exposição de Fotografia “Mudjer di nha Terra: rostu & luta” de Gabriel da Costa, no Paços do concelho da Praia, até 31 de Março.



▶ - Noite de Jazz com o grupo Jazz Honky Tonk, no Centro de Artes e Cultura da Boa Vista, quinta-feira, 25, às 19H00

▶ - Concerto Musical “Rainhas di Nôs Tera”, no Palácio da Cultura Ildo Lobo, sexta-feira, 26, às 19H30.



▶ - “Pilon di Xow” com Princezito, Neuza, Fattú Djakitté, Ze Mario Bulimundu e EdyYoung, na Assembleia Nacional, Praia, sábado 27, às 21H00.

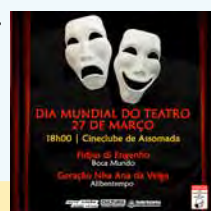
▶ - Espetáculo musical “Só Mulher”, no Hotel Porto Grande, Mindelo São Vicente, sábado, 27, às 21H00



▶ - Noite de homenagem às mulheres no Quintal da Música, sábado, 27, às 20H00.



▶ - Fidjus di Engenho e Geração Nha Ana da Veiga, no CineClube de Assomada, sábado, 27, às 18H00.



Aconteceu...

▶ - Lançamento do livro “A ‘Democracia’ Nacional Revolucionária- O Projecto Totalitário do PAIGC/ PAICV”, na Biblioteca Nacional, terça-feira, 23.





**CHEGOU O PPN, O SUPLEMENTO PRONTO PARA O SEU NEGÓCIO!
ESTE É O ESPAÇO QUE FALTAVA PARA O AJUDAR A VENDER O SEU BEM MÓVEL E IMÓVEL.
AQUI, NÓS FAZEMOS VALER E RENDER O SEU INVESTIMENTO! SOMOS O PARCEIRO IDEAL PARA SI!**

ANUNCIE NO PPN!



www.simovel.cv

edificio.solar@simovel.cv

4364 103 / 4364 200 / 927 00 94



VENDE-SE

T2 Esq – 5º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 104 m2
9,880,000 CVE



VENDE-SE

T2 Esq – 6º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 104 m2
9,880,000 CVE



VENDE-SE

T3 Frt – 6º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 3 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 140 m2
13,300,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 3º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,080,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 4º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,640,000 CVE

EDIFÍCIO SOLAR

Empreendimento da SIMÓVEL, empresa do Grupo SITA, está situado na Avenida Santiago, Palmarejo, Cidade da Praia, Cabo Verde.

Para além de requinte, será muito moderno e funcional. Terá um total de 19 apartamentos, sendo 12 T2 e 6 T3 e 1 T4, todos com pré-instalação de ar condicionado. O prédio conta ainda com gerador de emergência, dois elevadores, sistema moderno de gestão de água e energia, e estará preparado para uma gestão de condomínio eficaz.

Haverá apoio e aconselhamento de profissional de design de interiores, como forma de melhor se adaptar às necessidades e sonhos específicos.

Não perca esta grande oportunidade!



VENDE-SE

T2 Dto – 5º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,640,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 2º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,080,000 CVE



📍 Mira Mar, Palmarejo Baixo, Cidade da Praia
 ✉ info@hrochasolucoes.cv
 ☎ +238 985 16 89
 🌐 www.hrochasolucoes.cv
 📱 HRocha Soluções



VENDE-SE :

Belíssima e espaçosa casa em Achada de Santo António num lote de 599, 48 metros quadrados com três vistas. A superfície construída ocupa 522,44 metros quadrados.

Com 6 quartos com roupeiros e 5 casas de banho, sendo 3 suites. Sala de visitas, sala de jantar e escritório, 2 cozinhas e uma dispensa espaçosa, lavanderia e arrecadação.

Quartos com varanda e um bonito terraço no último piso com vista para o mar. Com jardim e garagem fechada.



VENDE-SE :

Apartamento T1 duplex em Terra Branca. Com dois pisos e terraço em cima da casa.



ARRENDAMENTO-SE

T2 mobilado no Plateau num prédio em frente ao INPS, com duas casas de banho, roupeiros nos dois quartos, sala de estar e sala de jantar. Cozinha completamente equipada e ar condicionado em todos os cômodos.



ARRENDAMENTO-SE

Em Achada de Santo António um espaço comercial com uma área de 183 metros quadrados.

Com 3 salas, duas casas de banho e open space.

VENDE-SE

Iphone 6s Plus

Memória - 128 GB
 Sistema Operativo - iOS
 Cor - Gold
 Conectividade - Bluetooth, NFC, Wi-Fi
 Processador - Dual Core
 Resolução - 1920x1080
 Rede - 4G, 2G, 3G
 Camera - 12 MP
 Preço - 40.000,00 - (Quarenta mil escudos)



Iphone 8 Plus - Space Gray

Memória - 64 GB
 Sistema Operativo - iOS
 Cor - Grey
 Conectividade - Lightning, Bluetooth, 4G, NFC, Wi-Fi
 Processador - Hexa Core
 Resolução - 1920x1080
 Rede - 4G, 2G, 3G
 Camera - 12 MP
 Preço - 70.000,00 - (Setenta mil escudos)



Iphone 7 Plus

Memória - 32 GB
 Sistema Operativo - iOS
 Cor - Rose Gold
 Conectividade - Lightning, Bluetooth, 4G, NFC, Wi-Fi
 Processador - Quad Core
 Rede - 4G, 2G, 3G
 Camera - 12 MP
 45.000,00 - (Quarenta e cinco mil escudos)



CONTACTO: 918 46 07 | 995 42 00

PEQUENOS ANÚNCIOS



Sistema completo de video vigilância, com 16 câmeras IP: 75.000,00- ECV



Gerador Aslo Silencioso 5 KVA: 85.000,00 ECV



UPS: 25.000 ECV



UPS: 25.000 ECV



Jantes: 5.000 ECV unidade

CONTACTO: 9954200 /9184607

Classificados



CONVOCATÓRIA

Nos termos legais e estatutários convocam-se os Acionistas da sociedade “Laboratórios INPHARMA - Indústria Farmacêutica, SA” para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária no próximo dia 06 de Abril de 2021, pelas 16H00, na sua sede social, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1 - Eleição do Secretário da mesa da assembleia Geral;

Ponto 2 - Apreciar e deliberar sobre o Relatório do Conselho de Administração, Balanço e Contas de 2020, bem como a parecer do Conselho Fiscal, relativo ao mesmo exercício;

Ponto 3 - Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;

Ponto 4 - Proceder à apreciação geral da Administração da Sociedade, nos termos do artº. 297, número 1, alínea c) do Código das sociedades Comerciais.

Os documentos relativos às contas do Exercício de 2020 bem como o teor das propostas que irão ser presentes à Assembleia Geral, encontram -se patentes na sede da Sociedade.

Se após 30 minutos da hora marcada não estiverem presentes acionistas representando pelo menos 50% do capital social, a Assembleia reunirá em segunda convocatória no dia 06 de Maio de 2021, no mesmo local e hora.

Cidade da Praia, 17 de Março de 2021.

O Presidente da Mesa de Assembleia Geral


JORGE MARQUES AMARAL

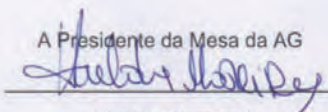


CONVOCATÓRIA

No cumprimento dos Estatutos (artº 26º, nº 2), convocam-se todos os membros da Associação Sindical dos Jornalistas de Cabo Verde, AJOC, para a reunião ordinária da Assembleia-Geral, a realizar-se no dia 2 de Maio, pelas 8:00, na sua sede no Plateau, com a seguinte ordem do dia:

1. Apresentação do relatório e contas
2. Eleição dos novos corpos sociais

A presença de todos os membros em situação regular é indispensável.

A Presidente da Mesa da AG

/ Hulda Moreira /

Praia, 22 de Março de 2021



MOAVE - MOAGEM DE CABO VERDE, SA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Nos termos dos Artigos 13º e 14º do Estatuto da Sociedade, convocam-se os Senhores Accionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária no próximo dia 09 de Abril de 2021, pelas 17:00 horas, na sala de conferências da Agremiação Empresarial da Câmara de Comércio de Barlavento, nesta cidade, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Apreciar, aprovar ou modificar o Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração relativos ao exercício de 2020, bem como os pareceres dos Auditores Externos e do Fiscal Único, referente ao mesmo exercício;
- 2) Proceder à apreciação geral da gestão e fiscalização da sociedade;
- 3) Deliberar sobre a proposta de Aplicação dos Resultados de 2020;
- 4) Autorizar o Conselho de Administração com relação à aquisição e alienação de acções próprias.
- 5) Diversos

Em conformidade com o disposto no Artigo 13º do mesmo Estatuto, qualquer accionista com direito de voto poderá fazer-se representar na Assembleia Geral por qualquer pessoa, mediante procuração ou simples carta dirigida ao Presidente da Mesa, identificando o mandatário e especificando a reunião a que se destina.

Mindelo, 15 de Março de 2021

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral


Edmund St' Aubyn de Sousa Carvalho
Moagem de Cabo Verde, SA



CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos legais e estatutários, vem o Presidente da Mesa da Assembleia Geral convocar os accionistas da SOCIEX – Sociedade Caboverdiana de Importação e Exportação, SA para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 27 de Março de 2021, pelas 10H00, nas instalações da C.C.B. Câmara de Comércio de Barlavento, cidade do Mindelo, S. Vicente, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Leitura e aprovação da acta da reunião anterior;
2. Apreciação e deliberação do Relatório e Contas do exercício de 2020, bem como do parecer do Fiscal Único;
3. Apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade nos termos do Código das Empresas Comerciais;
4. Preenchimento de uma vaga no Conselho de Administração da SOCIEX, SA;
5. Diversos

S. Vicente, 04 de Março de 2021
O Presidente da Mesa da Assembleia Geral


EMANUEL DE BRITO GOMES

Obs:

a) A documentação de suporte aos pontos submetidos à Assembleia pode ser consultada na sede da empresa na cidade do Mindelo e nas delegações em diferentes ilhas;



SCT — Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A.

CONVOCATÓRIA

Nos termos da lei e dos estatutos, convocam-se os Senhores Accionistas para uma reunião da Assembleia Geral Ordinária da Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A., a realizar-se no dia 14 de Abril de 2021, pelas 18h00mn na Sala de Conferências da Câmara Comércio de Barlavento em Mindelo, com a seguinte ordem do dia:

1. 1 Leitura da acta da reunião anterior
2. Apreciação e deliberação sobre o Relatório e Contas do Exercício de 2020 e do parecer do Fiscal Único.
3. Apreciação e Deliberação sobre a Proposta de Aplicação de Resultados
4. Proceder à Apreciação Geral da Gestão e Fiscalização da Sociedade
5. Autorização ao Conselho de Administração para aquisição e alienação de acções próprias
6. Eleição dos Órgãos Sociais
7. Informações Gerais

Os documentos submetidos à Assembleia Geral encontram-se disponíveis para consulta, na sede da Sociedade em Mindelo, na sua Delegação na cidade da Praia e na sua representação na cidade de Espargos.

Os documentos de prestação de contas ficarão disponíveis no boletim oficial da Bolsa de Valores de Cabo Verde e no Sistema de difusão de Informação da AG-MVM, após a realização da referida Assembleia, em conformidade com o artigo 2º do regulamento da AGMVM nº5/2013.

Cabo Verde, aos 23 de Março de 2021

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

 Júlio António Lopes Dos Reis
 Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Nome da Empresa Emitente: Ecobank Cabo Verde, SA
 Endereço: Avenida Cidade de Lisboa
 Capital Social: 829.858.400\$00
 NIF: 255963068



COMUNICADO

Reembolso e Pagamento de Juros do 14º Cupão

Avisam-se os titulares de Obrigações Série A e B da emitente Ecobank Cabo Verde, SA, que, em conformidade com as condições de emissão, se encontram a pagamento, a partir de 31 de Março de 2021, os juros relativos ao 14º Cupão, das obrigações com o código ISIN: Série A - CVECVAOM0006 e Série B - CVECVBOM0005, cujo valor por obrigação é o seguinte:

SUBSCRITORES	DATA EMISSÃO	MONTANTES	
		PRINCIPAL	JUROS LIQUIDOS
OBRIGAÇÕES 6,50%	31/03/2014	1 000,00	29,25
OBRIGAÇÕES 7,00%	31/03/2014	1 000,00	31,50

Informa-se também que será feito o reembolso do principal da obrigação Série A - CVECVAOM0006, cujo valor de reembolso é o seguinte:

SUBSCRITORES	DATA EMISSÃO	MONTANTE
		PRINCIPAL
OBRIGAÇÕES 6,50%	31/03/2014	150.000.000,00

O agente pagador nomeado para o efeito é o Intermediário Banco Central de Cabo Verde, processando-se o pagamento de acordo com os regulamentos em vigor, nos termos do Código do Mercado de Valores Mobiliários.

Praia, 23 de março de 2021

A Empresa Emitente.



Ministério da Agricultura e Ambiente

Direção Nacional do Ambiente

Chã d'Areia - Praia - Cabo Verde
 CP. 115
 Cidade da Praia
 +238 261 89 84/ IP: (333) 7170
 +238 261 75 11

ANÚNCIO

“BAÍA BEACH CLUB”

ILHA DE SÃO VICENTE

A Direção Nacional do Ambiente torna público que no âmbito do Decreto – Lei 27/2020, de 19 de Março, que estabelece o regime jurídico de Avaliação de Estudos de Impactes Ambientais dos projetos públicos ou privados suscetíveis de produzirem efeitos no ambiente, no seu artigo 15º - participação pública, encontra-se à disposição do público em geral o Estudo de Impacte Ambiental do projeto denominado “BAÍA BEACH CLUB” - ILHA DE SÃO VICENTE do proponente BAÍA BEACH CLUB, Lda para conhecimento, consulta e comentários dos interessados. O referido Estudo encontra-se dentro das horas normais de expediente, de 24 de março a 20 de abril nos seguintes locais:

- Direção Nacional do Ambiente – Localizado em Chã de Areia;
- Câmara Municipal de São Vicente;

Obs: Os comentários, questões ou outros contributos escritos poderão ser enviados para o seguinte contato eletrónico: rosiana.semedo@maa.gov.cv

Cidade da Praia, 22 de Março de 2021

O Diretor Nacional

 /Alexandre Nevsky Rodrigues/



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA PRAIA
 1º JUÍZO DE FAMÍLIA E MENORES

ANÚNCIO Nº 213/2021

Pelo Juízo atrás referido, na Acção de Divórcio Litigioso, registado sob o nº 25/2020, que a autora, Liliana da Costa Lopes Tavares, casada, maior, residente em França, move contra o réu, HELTON VALDIR FERNANDES TAVARES, casado, maior, residente na parte incerta da República Portuguesa, é este réu citado, para no prazo de DEZ DIAS que começa a correr depois de findo a dilação fixada em TRINTA DIAS, a contar da segunda e última publicação do anúncio, contestar a Acção, cujo pedido consiste no decretamento do divórcio entre autor e a ré, com a extinção da sociedade conjugal e dissolução do casamento.

Mais se faz saber ao citando, de que é obrigatória a constituição de advogado, que após a apresentação da contestação, deverá no prazo de CINCO DIAS, efectuar o preparo inicial, sob pena da cobrança deste acrescido da taxa de justiça de igual ao dobro ou de ser instaurada a execução especial para a cobrança coerciva, nos termos do

art.º 66º do C. Custas Judiciais.

Deve ainda ser informada que, preenchidos os requisitos legais, poderá gozar do benefício de assistência judiciária na modalidade de dispensa total ou parcial de preparos e do pagamento de custas ou o seu diferimento ou pagamento a prestações, devendo o pedido ser formulado em requerimento autónomo dirigido ao juiz do tribunal onde corre ou vai correr o processo.

E que a mesma goza da faculdade de requerer à Ordem dos Advogados de Cabo Verde, ou à sua Delegação, o benefício de assistência judiciária no prazo máximo de Dois Dias, a contar da data da citação, apresentado desde logo os elementos de insuficiência económica.

Verde, ou à sua Delegação, o benefício de assistência judiciária no prazo máximo de Dois Dias, a contar da data da citação, apresentado desde logo os elementos de insuficiência económica.

1º Juízo de Família e Menores na Praia, aos 11 de Março do ano de 2021.

O Juiz de Juízo

 /Dr. Ricardo Cláudio Mendes/
 O Juiz de Juízo

 /Mariana Luísa de Pinho Teixeira/



ANÚNCIO DE CONCURSO EXTERNO

A ENAPOR, SA faz saber a todos os interessados que se encontra aberto um Concurso Público, destinado a todos os cidadãos (M/F), nos termos abaixo indicados, para a seleção de **1 (Um) Técnico Profissional para trabalhar no Departamento de Equipamentos e Engenharia do Porto da Praia:**

Atribuições Funcionais:

- Participar na programação e estabelecimento de planos de intervenções em infraestruturas;
- Implementar o programa anual de obras, melhoramento e conservação das infraestruturas Portuárias.
- Promover vistorias às instalações e meios de produção em geral;
- Executar tarefas de natureza técnica de manutenção de infraestruturas.

Requisitos Necessários:

- Curso Profissional Nível V Construção Civil;
- Conhecimentos de manutenção de infraestruturas, Edifícios e Instalações Metálicas;
- Experiência em fiscalização de obras, elaboração e orçamentação de projetos;
- Competências Técnicas como domínio do Office e Auto CAD;
- Carta de Condução;
- Bons conhecimentos da língua inglesa escrita e falada;
- 03 (três) anos de experiência profissional na função pretendida.

Documentos de Seleção:

- Carta de Candidatura;
- Curriculum Vitae detalhado e comprovativo de experiência;
- Fotocópia de Diploma e/ou Certificado de habilitações académicas;
- Fotocópia do Bilhete de Identidade e Carta de Condução;
- Registo Criminal.

Outras Informações Importantes:

As candidaturas devem ser enviadas através do endereço eletrónico candidaturas@enapor.cv ou entregues diretamente em envelope fechado na receção da Administração do Porto da Praia, até às 16 horas do dia 15 de Abril de 2021.

Para mais informações, consultar o site www.enapor.cv



ANÚNCIO DE CONCURSO EXTERNO

A ENAPOR, SA faz saber a todos os interessados que se encontra aberto um Concurso Público, destinado a todos os cidadãos (M/F), nos termos abaixo indicados, para a seleção de **2 (dois) Técnicos Superiores para trabalharem no Departamento de Equipamentos e Engenharia do Porto da Praia.**

Atribuições Funcionais:

- Programar as diferentes intervenções de manutenção;
- Identificar, registar e comunicar todas as avarias dos equipamentos;
- Inspeccionar e detetar as avarias nos equipamentos e unidades flutuantes;
- Executar todos os trabalhos de reparação dos equipamentos que lhe são confiados;
- Organizar e catalogar toda a informação referente às características dos equipamentos;
- Demais atividades, constantes da monografia de funções em vigor na empresa.

Requisitos Necessários:

- Licenciatura em Engenharia Eletromecânica/Mecânica;
- Experiência profissional mínima de 03 (três) anos, em reparações e manutenções de equipamentos industriais;
- Bons conhecimentos de língua inglesa escrita e falada;
- Competências técnicas como domínio aprofundado de informática em Word, Excel, Auto CAD e MS Project.

Documentos de Seleção:

- Carta de Candidatura
- Curriculum Vitae detalhado e comprovativo de experiência;
- Fotocópia de BI, Diploma ou Certificado de habilitações académicas;
- Fotocópia do Bilhete de Identidade e Carta de Condução;
- Registo Criminal.

Outras Informações Importantes:

As candidaturas devem ser enviadas através do endereço eletrónico candidaturas@enapor.cv ou entregues diretamente em envelope fechado na receção da Administração do Porto da Praia, até às 16 horas do dia 15 de Abril de 2021.

Para mais informações, consultar o site www.enapor.cv



ANÚNCIO DE CONCURSO EXTERNO

A ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS faz saber que se encontra aberto um Concurso Externo, destinado a todos os cidadãos (M/F), nos termos abaixo indicados, para a seleção de **01 (um) Técnico Profissional para exercer funções no Departamento de Equipamentos e Engenharia da Empresa, na Administração do Porto Grande**, em S. Vicente em regime do contrato de trabalho a termo certo.

Atribuições Funcionais:

- Verificar as condições de funcionamento dos equipamentos elétricos;
- Localizar deficiências de instalação ou de funcionamento de equipamentos elétricos;
- Proceder à vistorias e limpeza de postos de transformação e receção de máquinas e motores;
- Preparar a obra de instalação ou manutenção elétrica, analisando a planta da obra e verificando os materiais necessários à sua implementação;
- Executar as instalações e obras de manutenção de equipamentos elétricos, efetuando as ligações elétricas, desmontando componentes, apertando, soldando ou substituindo peças ou cabos deficientes;
- Registrar as informações de carácter técnico das intervenções efetuadas.

Requisitos Necessários:

- 12 ° ano de escolaridade;
- Formação Profissional em Eletricidade;
- Experiência profissional mínima de 03 (três) anos na área;
- Disponibilidade imediata.

Documentos de suporte de Candidatura:

- Carta de Candidatura;
- Curriculum Vitae detalhado e comprovativo de experiência;
- Certificado de Formação Profissional;
- Fotocópia do Bilhete de Identidade;
- Registo Criminal.

Outras Informações importantes:

As candidaturas devem ser submetidas para o endereço eletrónico candidaturas@enapor.cv ou entregues diretamente em envelope fechado na receção da Sede da ENAPOR em S. Vicente, o mais tardar até às 16h00 do dia 20 de abril de 2021.

Para mais informações, consultar o site www.enapor.cv



ANÚNCIO DE CONCURSO EXTERNO

A ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS faz saber que se encontra aberto um Concurso Externo, destinado a todos os cidadãos (M/F), nos termos abaixo indicados, para a seleção de **01 (um) Engenheiro(a) Eletromecânico(a)/ Eletrotécnico(a) para exercer funções no Departamento de Equipamentos e Engenharia da Empresa, na Administração do Porto Grande**, em S. Vicente, em regime do contrato de trabalho a termo certo.

Atribuições Funcionais:

- Proceder a montagem e colocação em condições de funcionamento, dos subconjuntos e conjuntos mecânicos, eletrónicos, eletromecânicos e de automação com base nos desenhos;
- Diagnosticar as avarias dos elementos nos sistemas mecânicos, elétricos, eletromecânicos, eletrónicos e de automação;
- Realizar os processos de conservação e manutenção preventiva dos equipamentos com base nas documentações técnicas e manuais de manutenção;
- Realizar montagem, instalação e colocação em marcha dos equipamentos com recurso aos desenhos e especificações técnicas dos conjuntos fabricados;
- Outras tarefas inerentes à função.

Requisitos Necessários:

- Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica/ Eletromecânica.

6- Documentos de suporte de Candidatura:

- Carta de Candidatura;
- Curriculum Vitae detalhado e comprovativos de experiência;
- Certificado de Equivalência Licenciatura ou Diploma válido em CV;
- Fotocópia do Bilhete de Identidade;
- Registo Criminal.

Outras Informações importantes:

As candidaturas devem ser submetidas para o endereço eletrónico candidaturas@enapor.cv ou entregues diretamente, em envelope fechado, na receção da Sede da ENAPOR em S. Vicente, o mais tardar até às 16h00 do dia 20 de abril de 2021.

Para mais informações, consultar o site www.enapor.cv



EMPRESA DE ELECTRICIDADE E ÁGUA, SA

Av.º Dr. Baltazar Lopes da Silva nº 10/ 1º C.P. 137 – Mindelo - S.Vicente
República de Cabo Verde

ANÚNCIO DO CONCURSO

Concurso público Internacional n.º 003/ESA/21

- 1. Entidade Adjudicante:**
ELECTRA SA, Av. Dr. Baltazar Lopes da Silva N.º 10, 1º, C.P. 137 - S. Vicente, Telefone: +238 2303030; Fax.: + 238 2313014; www.electra.cv
- 2. Órgão competente para a decisão de contratar e órgão competente para autorizar despesa:** Conselho de Administração da ELECTRA, SA
- 3. Entidade responsável pela condução do procedimento:** A Entidade responsável pela condução do procedimento é a ELECTRA SA, através da Unidade de Serviços de Aprovisionamento e Logística.
- 4. Financiamento:** As despesas inerentes à celebração do contrato são financiadas pela ELECTRA, SA.
- 5. Objecto do Concurso:** O presente concurso destina-se a aquisição de materiais para IP (luminárias LED e braços).
- 6. Local da execução do contrato:** Cabo Verde, Cidades da Praia e de Mindelo.
- 7. Obtenção dos documentos do concurso:** Os documentos relativos ao presente concurso podem ser requeridos por e-mail através do endereço: j.barbosa@electra.cv, C.C. h.gomes@electra.cv.
- 8. Custo dos documentos do concurso:** O custo dos documentos é de 6.000\$00 (seis mil escudos cabo-verdianos) livre de encargos bancário e não reembolsáveis. O pagamento deve ser efetuado através de transferência bancária a favor de:

Nome do destinatário:	ELECTRA NORTE
Nome do Banco:	BCA
IBAN:	CV64 0003 0000 83440371 101 76
SWIFT CODE:	BCATCVCV

O Caderno de Encargos (CE) será enviado em formato digital para o endereço eletrónico indicado no pedido, após a receção do comprovativo do respetivo pagamento.

O pagamento deverá ser efetuado até as 14:30 horas (hora local CV) do dia 31 de março de 2021.
- 9. Requisitos de admissão:** Podem ser admitidos quaisquer interessados que reúnam as condições previstas na lei e nos documentos do procedimento, incluindo os requisitos técnicos e financeiros.
- 10. Língua:** As propostas bem como toda a documentação técnica que as acompanham devem ser redigidas em língua portuguesa.
- 11. Data de apresentação de propostas:** Os interessados devem entregar as propostas até às 14h00 (hora local em CV) do dia 16 de abril de 2021, conforme instruções do CE, no seguinte endereço:

Unidade de Serviços de Aprovisionamento e Logística
Av.º Dr. Baltazar Lopes da Silva nº 10,
C.P. 137 – Mindelo, São Vicente
+238 2303030
- 12. Prazo de manutenção das propostas:** Os concorrentes ficam vinculados à manutenção das propostas pelo prazo de 90 dias.
- 13. Critério de adjudicação:** A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante mediante avaliação dos seguintes fatores: O Preço, a qualidade técnica da proposta e o prazo de entrega.
- 14. Ato público:** O ato público de abertura das propostas tem lugar na Sede da ELECTRA, SA, as 15H00 (hora local CV) do dia 16 de abril de 2021, podendo no mesmo intervir todos os concorrentes e os representantes dos concorrentes devidamente credenciados para o efeito.
- 15. Lei aplicável ao procedimento:** o presente procedimento será regido por Lei n.º 88/ VIII/2015 de Abril, que aprova o Código de Contratação Pública (publicado no BO n.º 24 I Série), o Regime Jurídico dos Contratos Administrativos (Decreto-Lei n.º 50/2015 de 17 de Novembro, publicado no BO n.º 72, I Série), e Portaria n.º 60/2015, que aprova os documentos estandardizados de procedimentos pré-contratuais previstos (no BO n.º 78, I Série, de 9 de Dezembro).

Mindelo 16 de Março de 2021

Entidade

/ Eng. Manuel Jesus Silva /
Administrador



ELECTRA - SUL, Sociedade Unipessoal, S.A.

Sede: * Chã Areia – Praia C.P. 209 – Praia
Telefone + 238. 2603450/51 Fax + 238. 2618048 email: electra.sul@electra.cv

RECRUTAMENTO EXTERNO DE 1 (UM) MECÂNICO

A ELECTRA, pretende recrutar 1 (um) Mecânico, em regime de contrato a prazo, para trabalhar na Direção de Produção Sul - Ilha do Fogo, nas seguintes condições:

- 1. Condições Exigidas**
 - 12 ° Ano, com valência na área de mecânica;
 - Experiência profissional relevante para a função;
 - Disponibilidade imediata;
 - Capacidade para trabalhar em equipa;
 - Boa capacidade de expressão e fluência verbal;
 - Dinamismo e facilidade de comunicação;
 - Facilidade no relacionamento interpessoal;
 - Sentido de responsabilidade.
- 2. Atribuições**
 - Manutenção e Reparação de Equipamentos Mecânicos;
 - Controlo, Montagem e Desmontagem de Motores;
 - Executar reparações elementares de equipamentos;
 - Executar soldaduras diversas;
 - Recuperação de peças diversas;
 - Interpretação de desenhos de Fabrico e de Fusão;
 - Execução de tarefas de serralharia;
 - Substituição e limpeza de filtros de óleo, combustível e lubrificantes;
 - Outras tarefas inerentes à função.
- 3. Documentos exigidos**
 - Carta de Apresentação;
 - Curriculum vitae;
 - Certificado de habilitações literárias;
 - Fotocópia de bilhete de identidade;
 - Comprovativos de experiência profissional;
 - NIF;
 - Atestado Médico;
 - Registo criminal;
 - Cadastro Policial;
 - Carta de Condução;
 - Outros documentos que entender relevantes.
- 4. Oferece**
 - Salário compatível;
 - Outras regalias vigentes na Empresa.
- 5. Local de trabalho**
Direção de Produção Sul – Ilha do Fogo
- 6. Método de Seleção**
A seleção será feita com base em análise curricular e entrevista.
- 7. Prazo e local da entrega das candidaturas**
As candidaturas deverão ser entregues até às 16H00 do dia 01 de Abril de 2021, na Sede da Empresa, em São Vicente, Avenida Dr. Baltazar Lopes da Silva, nº 10, ou através do e-mail uarh@electra.cv

A candidatura deve ser dirigida a:

Unidade de Serviços Administrativos e de Recursos Humanos da Electra, SA
“Concurso para a admissão de 1 (um) Mecânico, para a Direção de Produção – Sul – Ilha do Fogo”
Avenida Dr. Baltazar Lopes da Silva, nº 10 Caixa Postal 137
Mindelo – São Vicente
Cabo Verde

A ELECTRA, reserva-se ao direito de anular o concurso, caso as candidaturas não satisfaçam as condições exigidas.

Mindelo, 18 de março de 2021.



Ministério das Finanças

Direção Nacional de Receitas do Estado

ALFÂNDEGA DA PRAIA Cartório do Contencioso Aduaneiro

EDITAL

HELDEBERTO ELIZIO DE ALMEIDA RIBEIRO, Director da Circunscrição Aduaneira da Praia:

1. - Faz saber que, nos termos do disposto no artº 657º do código Aduaneiro, aprovado na Alfândega da Praia mediante proposta em carta fechada, onde ser(a)ão examinada(s) pelo Decreto Legislativo nº 4/2010, de 03 de Junho, foi designada a venda de mercadorias nos dias e horas normais de expediente, conforme os dados descritos no quadro abaixo:

Dia	Hora Entrega Proposta	Hora Abertura Proposta	Valor Base	Designação da Mercadoria
01/04/21	09H00	09H30	200.000\$00	PA 207/19 – 01 volume contendo: 01 motosserra usado, pequena, 02 partes frente de auto, usados, 03 porta bagagem, usadas, 01 moto auto c/caixa, usado, para Chevrolet Sonic, 01 sharrion completo para auto, usado, 03 palas traseiras, usadas, de plástico, 18 vidros de porta auto, usados, 01 protecção de para-choque de ferro, usado, 02 faróis traseiros, usados, 05 faróis de frente, usados, 29 filtros de óleo, 02 filtros de ar, 01 boia de água, usada, 03 espelhos auto, 01 caixa de ferramentas vazia e usada, 01 caixa fusível, 01 para-lama, 01 mascara, 01 peça auto, bomba de agua, 03 elevador de vidro de porta, usados, 01 peça para correia auto, 01 grelha auto frente, usado, 03 pares de pastilhas auto, novos, 01 rotula novo auto e 01 stautn-mole mountique kit – novo, entrados neste Porto sob a c/m fiscal 46/19, de 08/02/19, no n/m Avila, proveniente de Boston, BL 967349933-036, consignado a Moreira – Comércio de Peças Auto, Lda, depositado no armazém B da Enapor.
05/04/21	09H00	09H30	830.000\$00	PA 208/19: 01 carroçaria auto ligeiro de passageiros, usada, marca Honda CRV 2006, com assentos, Ano de 2010, proveniente de Boston, entrada neste porto no n/m Avila, sob a c/m fiscal 067/19, de 21/01/19, consignada José Jorge Silva, BL 967214563-057, depositada no parque automóvel da Enapor.
05/04/21	10H00	10H30	457.000\$00	PA 181/19 - 01 auto marca Chevrolet, modelo Sparks, de 2014, acidentada, cor azul, proveniente de EUA, entrado neste porto no n/m Raquel S, sob a c/m fiscal 500/18, de 14/06/18, consignado a Pires Renta, BL MSCUWK715354, depositado no parque automóvel da Enapor.
06/04/21	09H00	09H30	700.000\$00	PA 93/19: 01 auto ligeiro misto, marca Hyundai, modelo H1 SV, longo, com mais de 10 anos de idade, com 06 lugares e caixa fechada para carga, 04 portas, motor diesel de 2500 cc, com 256.650 quilómetros percorridos, chassi nº KMJWVH7HP3U518530, proveniente de Lisboa, entrado neste porto no n/m Raquel S, sob a c/m fiscal 876/18, de 14/10/18, consignado a Agnelo Mendes Semedo, BL RAQ1807.052, depositado no parque automóvel da Enapor.
06/04/21	10H00	10H30	2.004.000\$00	PA 107/20 – 01 automóvel ligeiro de passageiros, marca Fiat, modelo Barchetta, ano de fabrico 1998, motor a gasolina, de 1498 cc, com 02 lugares, chassi nº ZFA1830000018124, consignado a Adilson Gonçalves Correia, BL 711724429-001, proveniente de Antuérpia, entrado neste Porto no n/m Avila, sob a c/m fiscal 156/19, de 18/03/19.
07/04/21	09H00	09H30	187.000\$00	PA 337/19 - Lotes de mercadorias provenientes de Lisboa, entrados neste Porto em 04/06/19, sob a c/m fiscal 428/19, no n/m Manatee, depositado no armazém B: Lote 1: 01 volume contendo 471 tabuleiros de jogos pequenos, 66 tabuleiros de jogos grandes, 66 pianos com pauzinhos pequenos de madeira, 360 pianos com pauzinhos grandes de madeira, 37 quadros de jogos, consignados a Ivo Barros, BL MAN1951.035-39. (55.000\$00) Lote 2: 01 volume contendo 25 tabuleiros de jogos, 108 quadros de jogos pequenos, 12 quadros de jogos grandes, 238 secadores pequenos de cabelo, 350 secadores de cabelo GW22, 238 secadores de cabelo 1200W, 263 bombas de ar para encher colchão de ar, consignados a Pedro Moreira Cabral, BL MAN1951.035-50 (132.000\$00).
07/04/21	10H00	10H30	250.000\$00	PF 11/14 – 01 viatura ligeira, de mercadorias, fechada, Renault Clio DCI, ano de fabrico 2003, 1500 cm3, gasóleo, 02 lugares, cor branca, chassis VFISB07CF28238533, pertencente a Amilton Semedo Brito, depositada no recinto de viaturas da Enapor.
08/04/21	09H00	09H30	300.000\$00	PA 165/16 - 01 carroçaria, Toyota Corolla de cor verde, totalmente “descorada” identificada c/a matrícula 36-66-BC, sem rodas, s/rádio, s/motor e s/demais peças no capô, sem grelha, sem parachoque, sem luzes, sem lâmpadas s/paralamas. É uma viatura Standart, 05 portas, 05 lugares, já percorridos 323.103 km3, chassi nº JT164EEAI07008900, do ano 1992, descarregado do n/m Atlantic Progress, entrado neste porto em 19/10/15, sob a c/m fiscal 0539/15 consignado a Helder Patrick R. Teixeira, BL LIS0003-RAI-002 (Armazém A da Enapor).
08/04/21	10H00	10H30	500.000\$00	PA 80/19 – 01 viatura ligeira de passageiros, marca Hyundai, modelo Getz, chassis KMHB151VP7U692066, cor azul, a gasolina, inferior a 1.500cc, 05 lugares e 05 portas, com mais de 10 anos de idade, com para-choque frente partido, sem farol esquerdo, com amolgadura no guarda lama, com 173.883 km percorridos, proveniente de Antuérpia, entrado no n/m Maersk Regensburg, sob a c/m fiscal 748/18, de 04/09/18, consignado a Paulino Varela Semedo, BL 965846202-018.
09/04/21	10H00	10H30	750.000\$00	PA 34/19: 01 Viatura marca Mini, modelo Cooper usado, ano de fabrico 2014, com 3 portas, acidentado na parte de frente, Capot e para-choque, grelha e faróis partidos, proveniente de Boston, no n/m Raquel S, sob a c/m fiscal 0603/18, de 16/07/18, consignado a Luis Boaventura S. de Pina, BL MSCWK963335-04, depositado no parque automóvel da Enapor.

2. - Os interessados na compra da mercadoria **apresentarão as suas propostas** no Gabinete do Director da dita Alfândega na(s) data(s) e hora(s) acima indicada(s) e a abertura das mesmas terá lugar no mesmo Gabinete, devendo ser assistido pelos proponentes que serão cometidos a se identificarem perante o Director da Alfândega ou por agente Aduaneiro com competência delegada, através de documento legal de identificação pessoal.

3. - Havendo igualdade nas propostas com valor mais elevado, a mercadoria será leiloada de imediato entre a melhor proposta, pelo Director ou Agente Administrativo com competência delegada.

4. - A mercadoria será vendida no estado em que se encontra e ao produto da venda será acrescida a percentagem de 10% (dez por cento) sobre o qual não recairá adicional algum, conforme disposto no nº 2 do artº 672º do Código Aduaneiro.

5. - À proposta vencedora será exigida imediatamente a quantia de 25% do valor proposto, nos termos do nº 1 do artigo supra mencionado. Na hipótese de o proponente selecionado não efetuar o pagamento total da venda no prazo de 05 (cinco) dias, considera-se perdido a favor da Fazenda Nacional, o referido montante.

Alfândega da Praia, aos 18 de Março de 2021.

O DIRECTOR,

-/Heldeberto Elízio de Almeida Ribeiro/-
Inspector Aduaneiro



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO FILIPE/FOGO
JUÍZO CÍVEL

= ANÚNCIO JUDICIAL =

REG. Nº 17 /JP/TJCSF/2020/21

FAZ SABER que neste Juízo, correm termos uns autos de Acção Especial de Justificação Judicial, registado sob o nº 38/2021, movido pelo autor ORLANDO BRITO FONTES, maior de idade, solteiro, natural da freguesia e Concelho de Santa Catarina do Fogo, residente em emigrante nos EUA, representado pelo mandatário judicial constituído Dr. UBALDO LOPES, advogado, com escritório e residência nesta cidade, contra os RÉUS HERDEIROS DE FORTUNATO GOMES DE PINA E MARTINA AVELINO DE PINA E INTERESSADOS INCERTOS.

São citados os réus, com as seguintes advertências legais:

a).. Para no prazo de VINTE DIAS, que começa a correr depois de finda a dilação de QUARENTA DIAS, contados da segunda e última publicação do anúncio, deduzirem, quando se julguem com melhor direito ou com direito igual ao daqueles a justificação judicial sobre o (s) prédio (s) infra discriminado (s), pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial, cuja cópia encontra-se depositado neste cartório para ser entregue logo que for solicitado; VERBAS:

A) Um prédio rustico sito em Monte Vermelho, (terra de sementeira localizado em Monte Bode), inscrito na matriz predial da freguesia de Santa Catarina do Fogo, com área de 27.000m², com o valor matricial de 464.916\$00, com confrontações a norte com Martina Alves, Maria Alves, este com Luís Pina Teixeira e oeste com Regato, em nome do Autor Orlando Brito Fontes, mas esta registado na Conservatória em nome do vendedor falecido que era conhecido por Florêncio Alves;

B) Um prédio rustico sito em Achada Furna, (mais concretamente na zona Alta de Montado Nacional, cerco 624 sito em Pé de Monte Sobrado), inscrito na matriz predial rustica da freguesia de Santa Catarina do Fogo, sob o atual nº 2745/0 com confrontações indefinidas a norte, sul, este e oeste, com uma área de 48.600m² e valor matricial de 836.848\$00, ainda em nome de Fortunato Gomes de Pina, falecido;

C) Um prédio rustico site em Achada Furna (terreno em zona Alta de Montado Nacional cerco nr. 624, sito em Pé de Monte Sobrado), inscrito na matriz da Freguesia de Santa Catarina do Fogo, sob o atual nº 2746/0, com confrontações indefinidas a norte, sul, este e oeste, e com o valor matricial de 599.225\$00 (DOC 2), ainda em nome de Fortunato Gomes de Pina, já falecido;

D) Um prédio rustico sito em Achada Furna, inscrito na matriz rustica da freguesia de Santa Catarina do Fogo, (terreno em zona alta do montado nacional, cerco nr 622, sito em Pé de Monte Sobrado) sob o atual nº 2744/0, com confrontações indefinidas a norte, sul, este e oeste, com uma área de 25.809m², valor matricial de 440.809\$00, ainda em nome do falecido Fortunato Gomes de Pina;

FAZ SABER ainda, de que é obrigatória a constituição de Advogado na referida acção, de que deverá no prazo de CINCO DIAS pagar o preparo inicial, sob pena de efetua-lo acrescido de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância, a contar da data da entrega da contestação na Secretaria do Tribunal da Comarca do Fogo - São Filipe, nos termos do artigo 110º do Código das Custas Judiciais e que tem a faculdade para juntamente com a oposição, requerer o benefício de Assistência Judiciária, devendo este ser em requerimento autónomo e que poderá fazê-lo em relação à Ordem dos Advogados de Cabo Verde ou sua Delegação, solicitando a designação de um Advogado, juntando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, sendo no prazo máximo de DOIS DIAS, dias, contados da citação

São Filipe, 04 de março de 2021

O Juiz de Direito
Paulo Jorge Santos Alves

O Ajudante Escrivão
José Pires

S. Filipe Fogo C.P. 03 - Telefone #(0238)3338174 - Fax #(0238)2812829 - Cabo Verde



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO FILIPE/FOGO
JUÍZO CÍVEL

= ANÚNCIO JUDICIAL =

REG. Nº 19 JP/TJCSF/2020/21

FAZ SABER que neste Juízo, correm termos uns autos de Acção Especial de Justificação Judicial, registado sob o nº 24/2021, movido pelos autores ALFREDO CARDOSO GONÇALVES, maior de idade, casado, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Concelho de São Filipe, residente em Achada São Filipe e ELSA ANDRADE CARDOSO GONÇALVES, maior de idade, solteira, residente em Achada São Filipe, representados pelo mandatário judicial constituído Dr. MANUEL ROQUE SILVA, JÚNIOR, advogado, com escritório e residência nesta cidade, contra os RÉUS RAUL JORGE NOGUEIRA, JOSÉ CÂNDIDO NOGUEIRA CORREIA E CÂNDIDA NOGUEIRA CORREIA, residentes em parte incerta dos Estados Unidos de América, com última em Bila Baixo, numa casa conhecida por "Nha Benvinda" E INTERESSADOS INCERTOS.

São citados os réus, com as seguintes advertências legais:

a).. Para no prazo de VINTE DIAS, que começa a correr depois de finda a dilação de QUARENTA DIAS, contados da segunda e última publicação do anúncio, deduzirem, quando se julguem com melhor direito ou com direito igual ao daqueles a justificação judicial sobre o (s) prédio (s) infra discriminado (s), pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial, cuja cópia encontra-se depositado neste cartório para ser entregue logo que for solicitado;

VERBA ÚNICA:

Um prédio urbano, em construção, sito no centro da cidade de São Filipe, freguesia de Nossa Senhora da Conceição, inscrito na matriz sob nº 149/0, constituído por uma cave, uma escada que dá acesso ao segundo rés do chão, com uma sala aberta e casa de banho, uma escada ao primeiro piso, com um corredor, um quarto, uma casa de banho privado, uma sala um quarto, um sugão, uma escada que dá acesso ao terraço, com uma sala, uma cozinha, uma casa de banho e varanda, confrontando ao norte com Herdeiros de Maria Luísa de Pina (lote nº 263), Sul e Este com via pública e Oeste com Vicent Norton (lote nº 261), com uma área de 128.7 metros quadrados e valor matricial de 3.117.000\$00 (três milhões, cento e dezassete mil escudos);

FAZ SABER ainda, de que é obrigatória a constituição de Advogado na referida acção, de que deverá no prazo de CINCO DIAS pagar o preparo inicial, sob pena de efetua-lo acrescido de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância, a contar da data da entrega da contestação na Secretaria do Tribunal da Comarca do Fogo - São Filipe, nos termos do artigo 110º do Código das Custas Judiciais e que tem a faculdade para juntamente com a oposição, requerer o benefício de Assistência Judiciária, devendo este ser em requerimento autónomo e que poderá fazê-lo em relação à Ordem dos Advogados de Cabo Verde ou sua Delegação, solicitando a designação de um Advogado, juntando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, sendo no prazo máximo de DOIS DIAS, dias, contados da citação.

São Filipe, 16 de março de 2021

O Juiz de Direito
Paulo Jorge Santos Alves

O Ajudante Escrivão
José Pires

S. Filipe Fogo C.P. 03 - Telefone #(0238)3338174 - Fax #(0238)2812829 - Cabo Verde

EXTRATO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da Segunda publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 15.02.2021, de folhas 32 a 33 do livro de notas para escrituras diversas número 252, deste Cartório Notarial, a cargo da Notária Lic em Direito, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiro por óbito de **Deolinda Dias Andrade**, nos termos seguintes:

Que que no dia **trinta e um do mês de janeiro de dois mil e dezoito**, na freguesia de Setúbal, São Sebastião, concelho de Setúbal, Portugal, faleceu **Deolinda Dias Andrade**, aos quarenta e nove anos de idade, no estado civil de solteira, maior, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, filha de Fernando Correia Andrade e Edeolinda Dias Andrade, e que teve a sua última residência habitual na Rua do Moinho, lote 1, R/Ch A6, Setúbal, Portugal.


Que a falecida não fez testamento, nem

qualquer disposição de última vontade, não deixou sem descendentes, e sucede-lhe como única herdeira legitimária **Edeolinda Dias Fernandes**, viúva, natural da freguesia de São Miguel Arcanjo, concelho de São Miguel, residente em Lém Ferreira, Praia.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhes prefiram ou com ela possa concorrer à sucessão.

Os interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de Março.

Primeiro Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 04 de Fevereiro de 2021.

A Notária,

/Cátia Sofia Teixeira Andrade/
1.º Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notária. Lic.: Cátia Sofia Teixeira Andrade
NIF- 353331112

EXTRATO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da segunda publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia vinte e seis do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, de folhas 92 a 93 do livro de notas para escrituras diversas número 252, deste Cartório Notarial, a cargo, da Notária, Lic em Direito, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiros, de **Dores dos Santos Monteiro**, nos termos seguintes:

Que no dia **dezoito do mês de Abril de dois mil e vinte**, na sua residência, freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, faleceu **Dores dos Santos Monteiro**, aos oitenta e cinco anos de idade, no estado civil de solteira, maior, natural que foi da freguesia de São Tiago Maior, concelho de Santa Cruz, filha de Aníbal Paulo Monteiro e de Etelvina Cabral, e que teve a sua última residência em Achada São Filipe, cidade da Praia.

Que o falecido não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos herdeiros seus filhos:

Que a falecida não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, e deixou como únicos herdeiros seus filhos:

1. Fernando Jorge Monteiro, casado com Adelaide Fernandes Tavares, no regime

de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente na cidade do Tarrafal; **2. Maria Fernanda Monteiro Gomes Freire Tavares**, casada no regime de comunhão de adquiridos com Luís Manuel Freire Tavares, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Achada São Filipe, Praia; **3. Jorge Alfredo Monteiro Gomes**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Achada São Filipe, Praia.


Os interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de março. Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos três de Março de 2021.

CONTA:202114464/2021

Art. 20.4.2 1000\$00

Selo do Acto 200\$00

Total 1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos

A Notária,

/Cátia Sofia Teixeira Andrade/
1.º Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notária. Lic.: Cátia Sofia Teixeira Andrade
NIF- 353331112

Notária: Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira

EXTRATO

Certifico narrativamente para efeitos de segunda publicação, nos termos do nº 5 do artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia quinze de Março de dois mil e vinte e um, no Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, perante mim, Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **setenta e cinco**, a folhas **dois a dois verso**, foi lavrada uma escritura pública de **Habilitação Notarial**, por óbito de **Maria Torres Lopes**, falecida no dia vinte de Dezembro de dois mil e vinte, no Hospital Agostinho Neto, freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, natural da freguesia e concelho de São Salvador do Mundo, onde teve a sua última residência em Achada Igreja, no estado de solteira.

Que a falecida não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, não deixou descendentes e deixou como únicos herdeiros legitimários, os pais: **a) - Pedro Gomes Lopes** e **b) - Angelina Tavares Torres Lopes**, que também usa e é conhecida por Angelina Tavares Torres, casados sob regime de comunhão geral de bens, naturais da freguesia e concelho de São Salvador do

Mundo, residentes em Aboboreiro.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros, ou com eles possam concorrer na sucessão à herança da referida Maria Torres Lopes.

Está conforme o original.

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do 87º do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos quinze dias do mês de Março do ano dois mil e vinte e um.

Emol:1.000.00

Imp. de selo: 200.00

Total:1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta nº 558/2021

A Notária, p.º 75:

Jandira dos Santos Cardoso Vieira

Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina Palácio da Justiça, rés-do-chão direito, Avenida da Liberdade, cidade de Assomada, República de Cabo Verde Telf: (+238) 2655499 / Voip Notária: 333 6932; Secretária: 6933 / e-mail da Notária: jandira.vieira@mi.gov.cv

EXTRATO

CERTIFICO, para efeito de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia dezasseis de Março de dois mil e vinte e um, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2.ª Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, perante o Conservador-Notário P/Substituição **José Carlos Brandão de Oliveira**, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas n.º 71, de folhas 08 a 08v a Justificação Notarial em que é justificante **António Carente Pires**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Crucifixo do Concelho da Ribeira Grande, residente em Ribeirão – ilha de Santo Antão, se declara com exclusão de outrem dono e legítimo possuidor de um de um tracto de terreno, medindo 112 m2 (cento e doze metros quadrados), situado em Ribeirão, inscrito na matriz predial da freguesia de Santo Crucifixo, sob o n.º 2749/0, confrontando do Norte, com Estrada; Sul e Oeste com António Carente Pires e de Este, com Zacarias Amâncio Delgado;

O justificante alega na referida escritura que o tracto de terreno, lhe veio a posse por compra feita no senhor, Domingos Júnior Santos, por escrito particular, e que após a compra, fez a inscrição na matriz camaria em seu nome próprio e não tendo título aquisitivo válido para efeito de primeira inscrição no Registo Predial vem invocar a usucapião, como forma de aquisição, uma vez que, exerce uma posse pública, pacífica, continua e sem oposição de quem quer que seja.

Os potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira e segunda publicação para eventual impugnação.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande – Santo Antão, aos 17 dias do mês de Março de dois mil e vinte e um.

O Conservador-Notário P/Substituição,

José Carlos Brandão de Oliveira
SANTO ANTÃO
Valor: 1.200\$00
Registado sob o n.º 727/21



Ministério da Justiça e
Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E CARTÓRIO NOTARIAL DO TARRAFAL DE SANTIAGO
PALÁCIO DA JUSTIÇA R/C
TELEFONE 2661124



NOTÁRIO p/s: José Ulisses Fortes Furtado

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia dois de Março de dois mil e vinte e um, de folhas 123 e 124, no livro de notas para escrituras diversas número 01/A, deste Cartório, a cargo do Notário p/s **José Ulisses Fortes Furtado**, se encontra exarado uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Alfredo de Pina**, falecido no dia dezasseis de Maio de mil novecentos e oitenta e seis, em Monte Iria, no estado de casado sob o regime de comunhão geral de bens com **Joana Lopes**, natural que foi da Ilha do Fogo, com sua última residência Monte Iria, Tarrafal, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **Januário Lopes de Pina**, falecido, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com última residência em Tarrafal, **Maria Lopes de Pina**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Tarrafal, **Sérgio Lopes de Pina**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Tarrafal, **Maria Conceição Lopes de Pina**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Tarrafal, **José Daniel Lopes de Pina**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Tarrafal e **Maria Helena Lopes de Pina**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Tarrafal.

No dia **vinte e sete de Janeiro de mil novecentos e noventa e oito**, em Monte Iria, faleceu o senhor **Januário Lopes de Pina**, solteiro, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com última residência Monte Iria, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como única e universal herdeira a ascendente:

Joana Lopes de Pina, no estado de viúva, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com residência em Tarrafal.

No dia **onze de Agosto de dois mil e quinze**, em Monte Iria, faleceu a Senhora **Joana Lopes Correia**, no estado de viúva natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com última residência em Monte Iria, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **Maria Lopes de Pina**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Tarrafal, **Sérgio Lopes de Pina**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Tarrafal, **Maria Conceição Lopes de Pina**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Tarrafal, **José Daniel Lopes de Pina**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Tarrafal e **Maria Helena Lopes de Pina**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Tarrafal. Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança dos “**de cujus**”.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos quatro dias do mês de Março do ano dois mil e vinte e um.

Custas..... 1.000.00

Imp. de selo..... 200.00

Total..... 1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Registada sob o n.º **293** /2021.

O NOTÁRIO p/s,
José Ulisses Fortes Furtado
/ José Ulisses Fortes Furtado/



Ministério da Justiça e
Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E CARTÓRIO NOTARIAL DO TARRAFAL DE SANTIAGO
PALÁCIO DA JUSTIÇA R/C
TELEFONE 2661124



NOTÁRIO p/s: José Ulisses Fortes Furtado

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de **segunda** publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia oito de Março de dois mil e vinte e um, de folhas 127, 128, no livro de notas para escrituras diversas número 01/A, deste Cartório, a cargo do Notário p/s **José Ulisses Fortes Furtado**, se encontra exarado uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Enesto Lopes da Costa**, falecido no dia vinte e quatro de Novembro de mil novecentos e oitenta e três, em Chão Bom, no estado de casado sob o regime de comunhão geral de bens com **Margarida Lopes Cabral**, natural que foi da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, com sua última residência Chão Bom, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **Pedro António Lopes da Costa**, casado sob o regime de comunhão de adquiridos com Hermínia Brito Tavares, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residente em Portugal, **Hermínia Borges da Silva Lopes**, viúva, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, com última residência em Chão Bom, **Maria da Luz Borges Lopes da Costa**, solteira, maior, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residente em França, **Maria da Conceição Borges Lopes Costa**, solteira, maior, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residente em França e **Albertina Lopes da Costa**, falecida, no estado civil de casada sob o regime de comunhão geral de bens com Domingos Varela, com última residência em Chão Bom.

No dia trinta e um de Dezembro de mil novecentos e noventa e três, em Santa Catarina, faleceu a senhora **Albertina Lopes da Costa**, casada sob o regime de comunhão geral de bens com Domingos Varela, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, com última residência Chão Bom, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **Ulisses da Costa Varela**, solteiro, maior, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residente em França, **José António Lopes da Costa Varela**, solteiro, maior, natural da Freguesia e Concelho de Santa Catarina, residente em França, **Armindo da Costa Varela**, casado sob o regime de comunhão de adquiridos com Celestina Monteiro Rodrigues, natural da Freguesia e Concelho de Santa Catarina, residente em França, **Avelino da Costa Varela**, solteiro, maior, natural da Freguesia e Concelho de Santa Catarina, residente em França, **Ana Mafalda da Costa Varela**, casada sob o regime de comunhão de adquiridos com Eliseu Furtado Gomes, natural da Freguesia e Concelho de Santa Catarina, residente em França e **Patrício Domingos da Costa Varela**, solteiro, maior, natural da Freguesia e Concelho de Santa Catarina, residente em Chão Bom.

Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do “**de cujus**”.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos quinze dias do mês de Março do ano dois mil e vinte e um.

Custas..... 1.000.00

Imp. de selo..... 200.00

Total..... 1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Registada sob o n.º 244 /2021.

O NOTÁRIO p/s,
José Ulisses Fortes Furtado
/ José Ulisses Fortes Furtado/



NOTÁRIO p/s: José Ulisses Fortes Furtado

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no quatro dais de Março de dois mil e vinte e um, de folhas 125 e 126, no livro de notas para escrituras diversas número 01/A, deste Cartório, a cargo do Notário p/s **José Ulisses Fortes Furtado**, se encontra exarado uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **António Horta Furtado**, falecido no dia dois de Janeiro de dois mil e oito, no Hospital Agostinho Neto, no estado de casado sob o regime de comunhão de adquiridos com **Domingas Soares Gomes**, natural que foi de Angola, com sua última residência Cidade do Tarrafal, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **Imarilde Soni Soares Furtado**, solteira, maior, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residente em Portugal, **Luíssette Aline Soares Horta Furtado**, solteira, maior, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal,

residente em França, **Emarildo António Soares Horta Furtado**, solteiro, maior, natural da Freguesia de Santiago Maior, Concelho de Santa Cruz, residente na Cidade do Tarrafal e **Cleida Vanize Soares Horta Furtado**, solteira, maior, natural da Freguesia de Santiago Maior, Concelho de Santa Cruz, residente na Cidade da Praia.

Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do “*de cujus*”.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos quinze dias do mês de Março do ano dois mil e vinte e um.

Custas..... 1.000.00

Imp. de selo..... 200.00

Total..... 1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Registada sob o n.º 262 /2021.

O NOTÁRIO p/s,

 / José Ulisses Fortes Furtado /

CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E CARTÓRIO NOTARIAL DO TARRAFAL DE SANTIAGO, PALÁCIO DA JUSTIÇA RC, - TELEFONE Nº 2661124



NOTÁRIO p/s: José Ulisses Fortes Furtado

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia dois de Março de dois mil e vinte e um, de folhas 130 e 131, no livro de notas para escrituras diversas número 01/A, deste Cartório, a cargo do Notário p/s **José Ulisses Fortes Furtado**, se encontra exarado uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de José Paiva de Andrade Gomes, falecido no dia um de Setembro de dois mil e dezasseis, em Hospital Agostinho Neto, no estado de solteiro, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, com sua última residência em Chão Bom, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **Vânia Maria Tavares Paiva**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residente em Chão Bom, **Vanilton Paiva**

Gomes Tavares, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residente em Chão Bom, **Diana Tavares Paiva**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residente em Chão Bom.

Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do “*de cujus*”.

Está conforme o original.

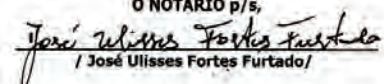
Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos dezasseis dias do mês de Março do ano dois mil e vinte e um.

Custas..... 1.000.00;

Imp. de selo..... 200.00

Total..... 1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Registada sob o n.º 254 /2021.

O NOTÁRIO p/s,

 / José Ulisses Fortes Furtado /

CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E CARTÓRIO NOTARIAL DO TARRAFAL DE SANTIAGO, PALÁCIO DA JUSTIÇA R/C, TELEFONE Nº 2661124



NOTÁRIO p/s: José Ulisses Fortes Furtado

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º-A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia nove de Março de dois mil e vinte e um, de folhas 129, no livro de notas para escrituras diversas número 01/A, deste Cartório, a cargo do Notário p/s, **José Ulisses Fortes Fortes**, se encontra exarado uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Braulindo Maria Mendes Correia**, falecido no dia vinte e seis de Novembro de dois mil e vinte, em Hospital Agostinho Neto, no estado de solteiro, natural que foi da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, com sua última residência em Tarrafal, que o falecido não deixou testamento nem qualquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **Braulindo Júnior Cabral Moreira**,

solteiro, maior, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residente em Portugal e **Inês Eulália Cabral Moreira**, solteira, maior, natural de Venteira, Amadora, residente em Portugal.

Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do “*de cujus*”.

Está conforme o original.

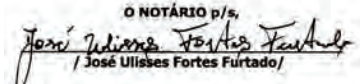
Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos onze dias do mês de Março do ano dois mil e vinte um.

Custas..... 1.000.00

Imp. de selo..... 200.00

Total..... 1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Registada sob o n.º 203/2021

O NOTÁRIO p/s,

 / José Ulisses Fortes Furtado /

Conservatória dos Registos, e Cartório Notarial do Tarrafal de Santiago, CP 10, Palácio da Justiça R/Chão, Telefone, 2661124



NOTÁRIO p/s: José Ulisses Fortes Furtado

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia dois de Março de dois mil e vinte e um, de folhas 125 e 126, no livro de notas para escrituras diversas número 01/A, deste Cartório, a cargo do Notário p/s **José Ulisses Fortes Furtado**, se encontra exarado uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Rosa Lopes Semedo**, falecida no dia dezanove de Agosto de dois mil e vinte, em Achada Moirão, no estado de viúva, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com sua última residência em Achada Moirão, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **Alexandra Lopes Soares**, casada sob o regime de comunhão de adquiridos com Amaro Lopes da Silva, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Achada Moirão, **Martina Semedo Rodrigues**, casada sob o regime de comunhão de adquiridos com Nicolau Tavares Semedo, natural da freguesia de Santo Amaro Abade,

concelho do Tarrafal, residente em Portugal, **Patrício Semedo Rodrigues**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Achada Moirão e **Eustácia de Fátima Semedo Rodrigues**, casada sob o regime de comunhão de adquiridos com Victor Manuel Vaz dos Santos, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Achada do Monte

Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do “*de cujus*”.

Está conforme o original.


Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos quatro dias do mês de Março do ano dois mil e vinte e um.

Custas..... 1.000.00

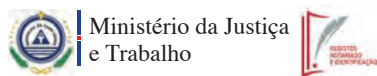
Imp. de selo..... 200.00

Total..... 1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Registada sob o n.º 217 /2021.

O NOTÁRIO p/s,

 / José Ulisses Fortes Furtado /

CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E CARTÓRIO NOTARIAL DO TARRAFAL DE SANTIAGO, PALÁCIO DA JUSTIÇA R/C, TELEFONE Nº 2661124



Ministério da Justiça e Trabalho
 CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE SEGUNDA CLASSE DE RIBEIRA GRANDE - SANTO ANTÃO

EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia dezoito de Março de dois mil e vinte e um, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2.ª Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, Conservador-Notário P/Substituição **José Carlos Brandão de Oliveira**, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas n.º 72, de folhas 09 á 10 a Justificação Notarial em que é justificante **João Gabriel Sousa dos Reis**, casado, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Concelho da Ribeira Grande, residente na Cidade da Ribeira Grande, se declara com exclusão de outrem dono e legítimo possuidor de dois um prédios: 1- Prédio de rústico de regadio, medindo 668 m2, situado em Boca de Ribeirinha de Jorge - Ribeira da Torre, inscrito na predial da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, sob o n.º 1475/0, confrontando do Norte, com Herdeiros de Arcângela Francisca Fortes; Sul com Gertrudes Lima Chantre, Este, com Caminho e do Oeste com Rocha; 2- Prédio de rústico de regadio, medindo 1537 m2, situado em Lugar de Guene, inscrito na matriz predial da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, sob o n.º 1472/0, confrontando do Norte, João Gabriel Sousa dos Reis; Sul com Gertrudes Lima Chantre; Este, Caminho e do Oeste com Rocha; 3 - Prédio de rústico de regadio, medindo 1666 m2, situado em Lugar de Guene, inscrito na matriz predial da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, sob o n.º 1473/0, confrontando do Norte, com Herdeiros de Honório Chantre; Sul com João Gabriel Sousa dos Reis; Este, Caminho e beco de Lugar de Guene e do Oeste com Rocha.

O justificante alega na referida escritura que os referidos prédios, lhe veio a posse o primeiro por compra, feita no senhor, António da Silva Marçal, no ano de 1960, por documento particular o segundo e o terceiro por deixa por testamento, outorgada por seu pai, Marcos dos Reis, e nesse caso fez a inscrição na matriz camaria em seu nome próprio e não tendo título aquisitivo válido para efeitos de primeira inscrição no Registo Predial vem invocar a usucapião, como forma de aquisição, uma vez que, exerce uma posse pública, pacífica, continua e sem oposição de quem quer que seja a mais de 20 anos.

Os potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira e segunda publicação para eventual impugnação.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande – Santo Antão, aos 24 dias do mês de Março de dois mil e vinte e um.

Valor: 1.200\$00

Registado sob o nº 818/2021



**Este espaço é para o seu
pequeno anúncio!**



Ministério da Justiça e Trabalho
 Direcção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

EXTRACTO

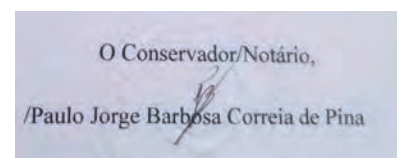
Certifico narrativamente, para efeitos de primeira publicação que, a fls. 66º a 67 do livro notas para escrituras diversas número 47-B desta Conservatória/Cartório se encontra exarada uma escritura de **Habilitação Notarial**, com a data de dezanove de Março dois mil e vinte e um, na qual se declara que no dia nove de Janeiro de dois mil e vinte e um, na freguesia de Santa Catarina, Concelho de Santa Catarina do Fogo, faleceu **DENISE MONTROND MONTEIRO**, de catorze anos de idade, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição Concelho de São Filipe, residente que foi em Chã das Caldeiras, no estado de solteira.

Que a falecida deixou como únicos herdeiros os pais, **MADOENO GOMES MONTEIRO**, casado, natural da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, residente em Cam-

panas de Cima e **CLOTILDE ILISA FERNANDES MONTROND**, solteira, maior, natural da freguesia de Santa Catarina, concelho de Santa Catarina do Fogo, residente em Chã das Caldeiras.

Que, não há outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer á herança da falecida.

São Filipe e Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de São Filipe, aos dezanove de Março de dois mil e vinte e um. -



Conta: Reg. Sob o n.º 80/03
 Artigo 20º. 4.2 1.000\$00
 Selo do acto 200\$00
 Soma:..... 1.200\$00 - São: Mil e duzentos escudos.



FARMÁCIAS DE SERVIÇO

QUINTA - 25 de Março

MODERNA
 Plateau - T: 261 27 19

HIGIENE
 Mindelo - T: 231 00 06

SEXTA - 26 de Março

CENTRAL
 Plateau - T: 261 11 67

JOVEM
 Mindelo - T: 232 45 30

SÁBADO - 27 de Março

SANTO ANTÓNIO
 ASA - T: 262 11 86

MINDELO
 Mindelo - T: 232 74 65

DOMINGO - 28 de Março

AFRICANA
 AV. Amílcar Cabral - T: 261 59 55

AVENIDA
 Monte Sossego - T: 232 45 88 / 231 17 17

SEGUNDA - 29 de Março

AVENIDA
 Fazenda - T: 261 36 90

LEÃO
 Mindelo - T: 232 66 04

TERÇA - 30 de Março

SANTA ISABEL
 Largo Europa - Tel: 262 37 47

NENA
 Mindelo - T: 232 22 92

QUARTA - 31 de Março

SÃO FILIPE
 Ach. São Filipe - T: 264 72 56

HIGIENE
 Mindelo - T: 231 00 06